

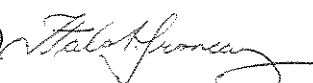
CARLOS ERNANI ALEXANDRE DA SILVA

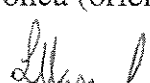
**EXPLORAÇÃO E DEGRADAÇÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES NA
AMAZÔNIA: o Fim do Projeto ICOMI**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação do Prof.
Dr. Ítalo Arnaldo Tronca.

Este exemplar corresponde à redação
final da Dissertação defendida e
aprovada pela Comissão
Julgadora em 30/01/2002

BANCA

Prof. Dr. Ítalo Arnaldo Tronca (orientador) 

Prof. Dr. Leandro Karnal 

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

Profa. Dra. Eliane Moura da Silva (suplente) 

JANEIRO/2002

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE	BR
Nº CHAMADA	UNICAMP
	52382
V	EX
TOMBO	49735
PREC.	16-837102
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	18/06/02
Nº CPD	

CM00169451-9

13 ID 245746

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

52382
Silva, Carlos Ernani Alexandre da
Exploração e degradação social dos trabalhadores na Amazônia: o
fim do projeto ICOMI/ Carlos Ernani Alexandre da Silva. -- Campinas,
SP: [s. n.], 2001.

Orientador: Italo Arnaldo Tronca.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Ciências Humanas.

1. Exploração. 2. Mineiros de manganês – Amazônia.
3. Amazônia – Aspectos sociais. 4. Amazônia – Aspectos ambientais.
I. Tronca, Italo. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

In memoriam

**Antônio Messias Gonçalves da Silva,
pela eterna amizade e inestimável
contribuição intelectual.**

200226943

À Safira Costa Silva,
Luz da minha vida.

Aos meus pais,
Maria Alexandre e
Augusto Maia,
símbolos de amor e
ternura.

“Nosso problema teórico e prático é de reconstruir o espaço para que não seja veículo de desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, reconstruir a sociedade para que não crie ou preserve desigualdades sociais.”

Milton Santos.

AGRADECIMENTOS

Às pessoas que contribuíram para esta dissertação, numa demonstração de confiança e generosidade. Meu profundo agradecimento a Raimundo Humberto de Souza, Alessandro Gallazi, Cosme Jucá, Expedito Amaral, Francisco Rocha de Almeida, José de Melo Baía, José da Paixão, Manoel Melo, Oscilei Alves e Zenilde Leite.

Ao professor Dr. Italo Arnaldo Tronca pela orientação acadêmica transformada em estímulo e amizade.

A todos os professores do Mestrado Interinstitucional, em especial aos professores Dr^a Eliane Moura da Silva e Prof. Dr. Leandro Karnal, pelas sugestões apresentadas na qualificação, as quais possibilitaram a versão final desta dissertação.

Aos colegas do Mestrado Interinstitucional: Alexsara, Brito, Carla, Claudete, Cecília, Dorival, Iraci, Mariana, Nezilda, pelo companheirismo e colaboração.

À professora Katy Motinha pelo incentivo e considerações teóricas.

À Miriam, José Alexandre, José Arnaldo e José Alberto, pelo apoio e amizade.

RESUMO

O presente trabalho objetiva examinar o processo de exploração e degradação social dos trabalhadores na Amazônia com a desativação do Projeto ICOMI (Indústria e Comércio de Mineração), no Estado do Amapá, Brasil. O tema se insere no debate acerca das consequências dos Grandes Projetos na Amazônia. Os Procedimentos metodológicos adotados foram as pesquisas de campo e bibliográfica. O trabalho está dividido em três capítulos, partindo de aspectos históricos sobre a Amazônia, o Amapá e o Projeto ICOMI, além da análise sobre a inserção do capital internacional na região, destacando-se o sentido do trabalho, sob a ótica do capitalismo, para os trabalhadores da Amazônia. Os resultados da pesquisa apontaram que: Desemprego, Pobreza, doença e a contaminação por Arsênio, são fenômenos provenientes da extração de manganês em Serra do Navio (AP). Considera-se que a pesquisa é relevante cientificamente visto que poderá oportunizar a reflexão sobre o desenvolvimento humano na Amazônia, especialmente, no âmbito do trabalho.

Palavras-chave: Amazônia, Amapá, Capital, Trabalho, Exploração.

ABSTRACT

This paper aims to examine the process of exploitation and social deterioration of the worker in the Amazon Region caused by the deactivation of the ICOMI (INDUSTRY AND MINING COMMERCE) Project in the State of Amapá in Brazil. The theme is concerned to the debates about the consequences of the Big Projects in the Amazonian Region. The adopted methodological procedures were field and bibliographical survey. The paper is divided into three chapters starting from historical aspects about the Amazonian Region, Amapá and ICOMI Project, besides the analysis on the international capital insertion in the region, taking into account the importance of the work under the capitalism point of view for the Amazonian workers. The survey findings showed that unemployment, poverty, disease and Arsenic contamination are phenomena caused by the manganese extraction in "Serra do Navio" (AP). It is considered that the survey is scientifically relevant as this may bring the opportunity for reflexion about the human development in Amazonia, specially in the realm of labor.

Key words: Amazon, Amapá, Capital Stock, Work, Exploitation.

SUMÁRIO

Agradecimento	vii
Resumo Abstract	xix
Introdução	1
1. Amazônia: ocupação, desenvolvimento e disparidades regionais	9
As Políticas de Ocupação da Amazônia	9
Análise Crítica das Políticas de Ocupação da Amazônia	15
1.1. Amazônia: as políticas públicas em questão	17
Da Política de Conquista à Política de Exploração	18
Da Política de Exploração à Política Colonialista	19
Da Política de Integração à Política de Exploração	20
Da Política de Ocupação à Política de Desenvolvimento	22
2. A Inserção do Capital Internacional no Amapá	25
Considerações sobre o Estado do Amapá	29
ICOMI: Uma perspectiva histórica	28
A Exploração do Manganês no Amapá: Contextualização Interna e Externa	34
As Relações Sociais de Trabalho na ICOMI	52
Os Trabalhadores da Mina	56
3. Os Trabalhadores Pós-ICOMI	65
Reestruturação Produtiva e Trabalho	65
O Sentido do Trabalho: Exploração e Degradação Social	73
A Contaminação por Arsênio	78
A Manifestação da Sociedade Amapaense	87
Serra do Navio: O Modelo de um Espaço Simbólico	92
Considerações Finais	97
Bibliografia	103

INTRODUÇÃO

Sob uma perspectiva histórica, salienta-se a contribuição do regime militar no incentivo à ocupação da Amazônia, particularmente no que concerne à aquisição de terras por grandes grupos econômicos. Em verdade, esse processo já havia começado antes do golpe militar de 1964, porém, após este fato, a situação se consolidou, inclusive, com o Código de Mineração de 1967 que facilitou a ação privada sobre o patrimônio mineral brasileiro. Na Amazônia, houve o apossamento de grandes jazidas minerais pelos capitalistas nacionais e internacionais como, por exemplo, o grupo empresarial representado por Augusto Trajano de Azevedo Antunes que formou em Minas Gerais o segundo maior grupo minerador do Brasil, em torno da MBR (Minerações Brasileiras Reunidas).

O primeiro grande projeto recente - instrumento do modelo de ocupação regional e exploração das riquezas naturais da Amazônia, na época contemporânea, ocorreu no período pós-guerra, em decorrência da necessidade de manganês para suprir o fornecimento de matéria-prima à siderurgia americana. Desta forma, a partir de 1950, no Território Federal do Amapá, implantou-se um megaprojeto mineiro - a ICOMI (Indústria e Comércio de Mineração S/A) - o qual, em cerca de trinta anos, exauriu uma das mais ricas jazidas de manganês do planeta - jazida que, pela sua magnitude, acreditava-se que fossem necessários cinquenta anos para ser esgotada. Este projeto, controlado pela Bethlehem Steel Co., uma das Empresas responsáveis pelo monopólio mundial do aço, através de seu preposto Azevedo Antunes, enviou ao exterior, a preço vil, uma jazida de potencial extraordinário, configurando-se um triste exemplo da ação predatória na Amazônia.

Ressalta-se que a mineração de manganês no Amapá, ao longo de quase cinco décadas, foi o elemento econômico mais importante do Estado. O argumento de exaustão das jazidas em 1997, culminando com o fim do projeto ICOMI, desencadeou a necessidade de reflexão sobre o modelo de desenvolvimento social e econômico implementado na Amazônia.

A decadência da ICOMI iniciou-se em 1981, culminando com sua extinção em 1997, *a priori*, convém ressaltar que a ICOMI foi uma das maiores empresas brasileiras e a principal do Estado do Amapá, tendo recebido do Poder Público, além da concessão mineral para lavrar minério de manganês, pelo período de 50 anos, muitos outros incentivos e estímulos fiscais creditícios que permitiram a implantação do empreendimento e, também, sua viabilidade técnico-econômica.

O minério de Serra do Navio proporcionou à CAEMI (Companhia Auxiliadora de Minério), grupo empresarial proprietário da ICOMI, a acumulação de grande riqueza que o tornou um dos mais sólidos grupos empresariais brasileiros, permitindo sua multiplicação através de aplicações e reinvestimentos em outros empreendimentos, tanto no Amapá quanto em outras unidades federativas do território nacional, além do exterior.

Em 1997, o fim das atividades da ICOMI através da entrega ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) de um relatório sobre o esgotamento das reservas de manganês, antecipando-se a uma obrigação contratual, deixou perplexa toda a sociedade amapaense.

Na década de 90, um forte *lobby* montado pela empresa para aprovar o relatório que pedia a aprovação da exaustão das reservas esbarrou, numa primeira avaliação, no posicionamento de uma Comissão Técnica de Avaliação, da qual fez

parte o Distrito do Amapá. Tal relatório, além de não ter sido aprovado, ainda sofreu sete exigências relativas a questões ambientais e recuperação das instalações industriais e residenciais, que fazem parte do patrimônio de Serra do Navio revertido ao Poder Público.

Entretanto, o DNPM, em Brasília, por meio de sua direção geral, alterou uma dessas exigências, a mais grave, que previa a investigação sobre contaminação do homem e do meio ambiente, substituindo-a por outra e nomeando, ainda, uma Comissão de técnicos oriundos de Brasília e de Belo Horizonte, exatamente onde a ICOMI mantém seu “quartel general” e maior poder de influência.

A empresa, ao encerrar suas atividades antecipadamente, não deixou um saldo positivo à sociedade amapaense, comparando-se ao montante de riqueza que lá obteve. As cifras especulativamente obtidas indicam uma receita entre sete e nove bilhões de dólares, em valores corrigidos, pela venda dos sessenta milhões de toneladas de minérios de manganês extraídos do sub-solo-amapaense, deixando apenas entre 200 e 300 milhões de dólares, em valores corrigidos, em impostos e *royalties* pela extração do minério, sem nunca ter aplicado os 20% sobre o lucro líquido previsto no contrato original.

A ICOMI, que já foi sinônimo de Amapá, durante muitos anos, não teve sensibilidade para perceber que sua saída do Estado criaria um vazio econômico insuperável, em curto prazo, e que por isso tinha o dever ético e moral de recompensar a sociedade e a natureza que tanto a ajudaram a enriquecer. Pelo contrário, restou ao povo amapaense problemas sociais, econômicos e ambientais.

Na tentativa de amenizar os danos citados, a sociedade amapaense reivindicou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que, por excelência, é um

instrumento político-administrativo. A avaliação realizada pela CPI indica a real necessidade de se verificar a ocorrência dos prejuízos da exposição de arsênio e manganês causados na população adjacente à área industrial da ICOMI, especialmente os trabalhadores diretamente envolvidos nas atividades do projeto, tendo em vista fatores como a natureza dos contaminantes envolvidos, o tempo de deposição dos rejeitos e a proximidade do local de deposição em relação à comunidade, além da disponibilidade hídrica do entorno.

Hoje, exige-se da empresa a completa restauração do patrimônio e da infraestrutura, incluindo as residências, a área administrativa e industrial, as máquinas, os equipamentos e a manutenção dos serviços de saneamento básico - água, rede de energia elétrica, esgoto e controle de endemias.

Por outro lado, no âmbito regional, trava-se um importante debate acerca da desativação do projeto de exploração das jazidas de manganês no Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá, sob alegação de extinção do referido minério, antes do prazo previsto - 2003. Esse fato ocasionou a demissão de centenas de veteranos e dedicados empregados e, também, incerteza sobre o futuro econômico dos municípios de Serra do Navio e Santana, atingidos diretamente pelo fim do projeto, com reflexos sobre todo o Estado do Amapá.

Diante deste contexto, verifica-se que, apesar das teses sobre desenvolvimento e proteção da biodiversidade amazônica, não há concretamente uma preocupação com o desenvolvimento humano na região e que as três concepções mais difundidas acerca do desenvolvimento regional são conflitantes.

A primeira, teoria desenvolvimentista, registrou-se com o fim do ciclo da borracha na Amazônia. Neste período, a região experimentou um longo período de

recessão econômica. A atividade econômica se restringiu basicamente ao extrativismo de subsistência. Essa situação de caos e abandono forneceu a base objetiva para que na década de 1970 a “tese desenvolvimentista” fosse revigorada e implementada, baseando-se no lema “a mata por pata do boi”. A base ideológica dessa teoria é o Plano de Integração Regional (PIN) e sua materialização ocorreu por meio da construção de rodovias, dentre elas a Transamazônica que, segundo o pensamento oficial da época, seria o instrumento para “*assegurar terras sem homens para homens sem terras*”, numa referência ao vazio demográfico da região e ao “excedente” populacional do Nordeste. Muito em moda na década de 70, hoje essa “tese” está completamente isolada e, por isso mesmo, poucos adeptos manifestam-se publicamente em sua defesa, embora seja notório ser essa a visão predominante entre a maioria do empresariado e dos políticos conservadores.

Os danos ambientais provocados pela “teoria desenvolvimentista”, sem maiores ganhos socioeconômicos para a população nativa, foi a base objetiva sobre a qual se construiu a “teoria do santuário” - concepção difundida na década de 1980, seguida principalmente por Organizações Não-Governamentais (ONGs) estrangeiras. Tal teoria defende a idéia de a Amazônia não suportar a ocupação humana e, por isto, deve ser integralmente preservada como reserva estratégica para toda a humanidade, uma vez que a mesma seria “*patrimônio da humanidade*” e não apenas do povo brasileiro.

O conflito dessas duas concepções fez surgir, no final da década de 80, a idéia da necessidade de se conciliar crescimento econômico com conservação ambiental, para que esse crescimento torne-se permanente e se converta efetivamente em desenvolvimento. Hoje, é crescente o número de adeptos desta

concepção, inclusive, no Estado do Amapá, adotou-se os princípios norteadores dessa doutrina, implementada, como política institucional, nas esferas estadual e municipal. Vale ressaltar que existem muitas divergências práticas e teóricas sobre esse entendimento.

Todas essas teses ressaltam a “defesa” da Amazônia e o “desenvolvimento” da região. De fato, o Projeto ICOMI consolidou-se com fulcro na teoria desenvolvimentista Amazônica, no entanto, paradoxalmente, ao final do megaempreendimento questiona-se o real desenvolvimento regional, especialmente para os trabalhadores que constituíram a mão-de-obra barata do Projeto.

Tais acontecimentos originaram a presente pesquisa cujo objetivo principal foi analisar o processo de exploração e degradação social dos trabalhadores na Amazônia, particularmente o impacto do fim do projeto ICOMI sobre um conjunto de trabalhadores, com ênfase para os mineiros. Neste sentido, insere-se nas recentes discussões acadêmicas sobre as conseqüências da implantação dos grandes projetos na Amazônia.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, o procedimento metodológico privilegiou a pesquisa bibliográfica e de campo. Quanto a esta houve enorme dificuldade no que concerne aos depoimentos dos entrevistados, haja vista que a ICOMI é considerada no Amapá, mesmo após sua extinção, símbolo de poder político e econômico.

Do ponto de vista teórico, para análise do tema proposto, partiu-se da reflexão crítica acerca das políticas públicas de ocupação e desenvolvimento na Amazônia, por entender-se que as mesmas são imprescindíveis para a compreensão das disparidades regionais.

Os resultados da investigação estão descritos, nesta dissertação, em um vídeo documentário “Exploração e Degradação Social dos Trabalhadores na Amazônia: o fim do Projeto ICOMI” e em três capítulos de abordagem teórica, a saber: o primeiro, “Amazônia: Ocupação, Desenvolvimento e Disparidades Regionais”, sob um enfoque histórico, aborda o processo de ocupação amazônica, enquanto política pública de desenvolvimento regional, desde 1960, com as devidas críticas ao referido processo; em seguida, analisa-se os diferentes discursos sobre a Amazônia, no que tange às soluções e/ou reduções das disparidades regionais, referência necessária para contextualizar a implementação do Projeto ICOMI, na estratégia de ocupação do espaço amazônico.

No segundo capítulo, discute-se “A Inserção do Capital Internacional no Amapá”, sob dois aspectos aqui sugeridos: considerações históricas sobre o Estado do Amapá; o advento da ICOMI e as relações sociais de trabalho, sobretudo em relação aos trabalhadores da mina.

O terceiro capítulo, “Os Trabalhadores Pós-ICOMI”, traz à discussão a reestruturação produtiva; o real sentido do trabalho, numa ótica capitalista, para um segmento de trabalhadores egressos da ICOMI; a contaminação por arsênio decorrente da extração de manganês; a manifestação da sociedade amapaense e; o aspecto simbólico de Serra do Navio.

CAPÍTULO 1

AMAZÔNIA: OCUPAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E DISPARIDADES REGIONAIS

As políticas de ocupação da Amazônia

A análise do processo de ocupação e integração da Amazônia implementada desde 1960, a partir das iniciativas governamentais denominadas de Operação Amazônia deve levar em consideração dois pressupostos que permitirão uma melhor avaliação dessas políticas desenvolvimentistas adotadas para a região, bem como as conseqüências que se fizeram sentir em função das mesmas. Ou seja, de um lado, é imprescindível que essa análise considere os antecedentes históricos que permitirão perceber a articulação existente entre as políticas de desenvolvimento regional e a política econômica nacional, norteadora das ações governamentais que tiveram como alvo a ocupação e a interação da região ao restante do País. Por outro lado, é necessário entender este processo como sendo a incorporação da Amazônia ao processo geral da expansão capital em nível nacional, tendo sido decisivo o papel do Estado como promotor da expansão do capitalismo na região.

Neste raciocínio, distingue-se três etapas que caracterizam a presença do Poder Central na Amazônia: a primeira, caracterizada pela presença cíclica do Estado na economia regional, que se verifica nos momentos expansivos da atividade extrativa amazônica, mas normalmente sem qualquer preocupação de integração regional à dinâmica da economia nacional; a segunda etapa ocorre a partir do final da segunda guerra mundial, quando, pela primeira, vez o Estado Nacional manifesta uma preocupação com o processo de desenvolvimento da região, estimulando-se a

dinamização e diversificação das atividades produtivas existentes; e a terceira etapa que vem conferir a efetivação da ação do Estado Nacional na região, ocorre a partir da década de 60 quando se concebe o processo de formação do capital na região como consequência da materialização do arcabouço ideológico definido na chamada Operação Amazônia. É a partir desta fase que se localizam as bases da ocupação recente da Amazônia, sedimentada na referida operação.

Com o surto da demanda por borracha natural, decorrente do estímulo da segunda guerra mundial que caracterizou o segundo ciclo da borracha na Amazônia¹, o governo passou a interessar-se pela região, criando o Banco de Crédito da Borracha S. A., através do Decreto N° 4451, de 9 de julho de 1942.

O governo federal pretendia aumentar a extração de látex, a fim de aproveitar a elevação dos preços internacionais proporcionados pelo aumento da demanda devido à guerra. A função do banco era a de realizar, com exclusividade, as operações de comercialização (compra e venda) de todo tipo e qualidade de borracha, tanto para o mercado exportador quanto para o suprimento da indústria nacional. Com o fim da guerra, novamente modifica-se a posição da borracha natural da Amazônia no mercado internacional, impondo a necessidade de diversificação das atividades econômicas da região, até então voltadas ao extrativismo monocultor.

Com efeito, a Constituição de 1946 criou através do seu artigo 199, o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, institucionalizado, em 1953, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Lei N° 1806, de 06 de janeiro de 1953), para ser o Órgão executor do Plano. Segundo Oliveira (1983),

¹ Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Muller caracterizam dois ciclos nos quais a demanda externa de borracha apresentou significativa elevação: o primeiro ocorreu entre as últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX; e a segunda, durante a 2ª Guerra Mundial. (CARDOSO, F. H. & MULLER, G. **Amazônia expansão do capitalismo**. S. Paulo, Brasiliense, 1978).

a criação da SPVEA deveu-se à interpretação que o Estado dava à Amazônia como área – problema, que precisava integrar-se ao restante da nação.

Entretanto, esta simples interpretação não é suficiente para explicar todos os motivos que levaram o governo federal a iniciar a fase de planejamento na região. O país vivia uma fase em que vigorava a ideologia nacional – desenvolvimentista centrada no industrialismo a partir de capitais nacionais (Costa, 1980). Nesse sentido, o fundamento dessa política de desenvolvimento regional implicava o fortalecimento econômico de grupos regionais em articulação com os interesses do capital do restante do país, Carvalho (1987: 8) esclarece que:

“O fundamento dessa política e dinamização e diversificação da economia amazônica implicava num pacto de poder estabelecido entre a elite regional e os interesses da fração hegemônica do capital que necessitava ampliar o mercado para alguns de seus produtos industriais.”

Neste sentido, a visão da Amazônia como área – problema estava mais propensa a constituir-se um desafio ao capital, em relação à sua interação ao processo de acumulação desenvolvido em nível nacional.

Sob a administração da SPVEA, teve início o processo de incorporação da Amazônia ao sistema econômico nacional que começou a se consolidar, segundo Costa (1987), a partir da construção da rodovia Belém – Brasília que integrou, por via terrestre, a região ao restante do território nacional.

Outro fato importante ocorrido sob a administração da SPVEA, e que teve profundas repercussões no processo de desenvolvimento regional proposto pelo Estado, foi a extensão, para a Amazônia, a partir de 1963, dos benefícios dos incentivos fiscais, a exemplo do que já vinha ocorrendo no Nordeste desde 1961. O

governo federal objetivava a redução das disparidades regionais, através do incentivo aos empreendimentos que se instalassem na região.

A hegemonia, em nível econômico e político, do grande capital monopolista ou grande capital nacional e estrangeiro que caracterizava o país no início da década de 60, levou o Estado Nacional a promover um reordenamento das atividades econômicas, multiplicando suas iniciativas. Para tanto, criou-se diplomas legais, órgãos, planos, programas e projetos de estímulo à diversificação das atividades produtivas.

A Amazônia, até então, vista como um espaço a ser ocupado, passou a ser considerada como o espaço ideal para a aplicação dos investimentos capitalistas, estes apoiados pela política econômica e fiscal do governo federal.

É neste sentido que se deve visualizar o conjunto de medidas jurídicas que constituíram a chamada “Operação Amazônia”, como uma estratégia de fortalecimento da presença do Estado na região, com vistas a dotá-lo de uma estrutura político – administrativa que permitisse promover a sua integração ao padrão de acumulação capitalista nacional. Para tanto, entre o elenco de medidas governamentais que caracterizou a Operação Amazônia, transformou-se a SPVEA em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), através da Lei Nº 5173, de 28/09/66; transformou o Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia (BASA), pela Lei Nº 5172, de 28/09/66; promoveu a alteração dos incentivos fiscais (Lei Nº 5174, de 27/10/66).

Nesse período, a articulação da política de desenvolvimento regional associada à política econômica em nível federal, dava-se a partir da elaboração do Plano de Ação Econômica (PAEG) do governo Castelo Branco, para o período de

1964/66. Na verdade, o PAEG expressava o modelo de desenvolvimento econômico para o país, dando ênfase às exportações como fator dinâmico de crescimento e às importações de capitais estrangeiros para a elevação da taxa de investimento e modernização do aparelho produtivo. Estes objetivos explicam a razão para a incorporação da Amazônia na política de “economia aberta”.

No que concerne à valorização regional e à necessidade de integração dos Planos Regionais, a lei de criação da SUDAM estabeleceu, no artigo 4º, as áreas prioritárias de atividade, a alocação setorial de recursos, a ação dos órgãos federais e seu entrosamento, o papel do setor público e do setor privado, a realização de um intenso programa de pesquisas do potencial dos recursos naturais, a adoção de política de imigração, etc. Desta forma, é possível identificar dois objetivos da adoção da política de incentivos fiscais e creditícios que possibilitaram perceber a orientação das iniciativas governamentais no sentido de favorecer a acumulação do capital nacional e estrangeiro. O primeiro visava a assegurar a elevação da taxa de reinversão na região, dos recursos nela gerado; e o segundo objetivava atrair investimentos nacionais e estrangeiros para o desenvolvimento da região.

Interessante perceber as diferenças existentes entre o primeiro Plano de Valorização Econômica da Amazônia, delineado na lei de criação da SPVEA, e o segundo Plano, proposto na lei de criação da SUDAM, em 1966, quanto à posição do Estado em relação ao tipo de desenvolvimento proposto para a Amazônia, e o papel que cabe ao capital nacional e estrangeiro neste processo.

Percebe-se claramente que, a partir de 1966, o capital privado, nacional ou estrangeiro, passou a ocupar uma posição privilegiada dentro da estratégia de

desenvolvimento da Amazônia, proposta pelo governo federal, conforme análise de Cardoso e Müller (1978: 114):

“Enquanto o Plano de 1953 propõe uma associação entre o capital estatal e o privado (sem sequer mencionar o capital estrangeiro), em 1966 vemos que o Estado pretende, fundamentalmente, preparar o terreno para o estabelecimento do capital privado, restringindo-se aos investimentos de infra-estrutura, pesquisa e planejamento, que requerem um montante de capital bem maior e com retorno a prazos mais longos”.

Nesse sentido, a criação da SUDAM, muito mais do que um marco no processo de planejamento institucional para o desenvolvimento da Amazônia, representou um redirecionamento do papel do Estado. Este passou a intervir diretamente no processo, possibilitando a ação livre do capital privado na busca da integração da região ao processo de acumulação capitalista.

O Estado passou a criar a infra-estrutura necessária ao investimento do capital nacional ou estrangeiro, na região, tendo a SUDAM a função de coordenar a ação federal na Amazônia, sendo a principal encarregada da elaboração e execução do Plano de Valorização da região. A SUDAM passou a fomentar, através da política de incentivos fiscais e creditícios, a atividade agropecuária como a propulsora do desenvolvimento regional.

Paralelamente, o governo federal lançava os programas que iriam proporcionar a infra-estrutura indispensável como fator atrativo para a vinda do grande capital para a Amazônia, através, principalmente, do lançamento do Programa de Integração Nacional – PIN (Dec. Lei Nº 1106, de 05/07/70), Programa de Redistribuição de Terras – PROTERRA (Dec. Lei Nº 1178, de 01/06/71), e o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento – 1º PND (1972/74).

Segundo Carvalho (1987), alguns instrumentos de política foram utilizados pelo governo federal, visando a promover a interação da Amazônia aos interesses do grande capital. Para isto, destacou a política de incentivos fiscais, administrada pela SUDAM e a política de terras, que possibilitaram aos grupos empresariais receberem doações financeiras a custo zero, além de imensas extensões de terras a preços simbólicos.

O lançamento do PIN e do PROTERRA, a partir da década de 70, possibilitou ao grande capital a obtenção de vastas extensões de terras, valorizadas, duplamente, pela possibilidade de acesso aos incentivos fiscais, de um lado; e, por outro lado, pela abertura das rodovias de integração e eixos viários que as tornaram mais próximas dos grandes centros urbanos.

Posteriormente, para viabilizar a estratégia de ocupação de áreas e setores selecionados, afirma Carvalho (op. cit., p.16) que o governo federal criou o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZONIA), através de Dec. Lei Nº 76604, de 1974, *“com objetivo de criar condições infra-estruturais para os grandes complexos agrominerais em curso”*, e conclui que *“em meio a tudo isso, essa política para a Amazônia, nos dias atuais, reflete o caráter anti-social das ações do Governo concebidas para a região nas duas últimas décadas do século XX”*.

Análise crítica das políticas de ocupação da Amazônia

As políticas desenvolvimentistas para a Amazônia, enquanto geradoras e/ou catalisadoras no agravamento de questões como a mineral, a fundiária e a florestal – para citar algumas delas – devem ser analisadas como resultantes da articulação entre

o modelo nacional de crescimento econômico e o processo internacional de acumulação capitalista. Para Costa (1987), esta articulação permite distinguir os papéis que competem à Amazônia desempenhar: 1) funcionar como fonte supridora para a exportação de recursos naturais, renováveis ou não; 2) servir de espaço geográfico apropriado para o movimento da fronteira agrícola brasileira; e 3) servir de espaço para a penetração de inversões industriais dos conglomerados internacionais sob a forma de capital produtivo (enclaves industriais).

Surgem, então, os resultados mais expressivos da forma como se deu a penetração do capital na Amazônia. Conforme Costa (1987), tem-se: a) o agravamento do problema fundiário e os conflitos sociais agudos pela posse de terra; b) a geração de um número reduzido de empregos diretos; c) as ameaças de dilapidação de todo um patrimônio de recursos naturais e da devastação ecológica; d) o desbravamento de atividades voltadas para o mercado doméstico regional; e) a desarticulação do sistema infra-regional de interrelações econômicas; f) o inchamento das principais metrópoles regionais e cidades de médio porte com todas as seqüelas daí decorrentes; g) insignificante internalização regional dos efeitos germinativos engendrados pelos projetos incentivados; h) a não retenção do excedente econômico regionalmente gerado; i) a concentração dos gastos governamentais para montagem do suporte infra-estrutural restrito ao atendimento das necessidades de processamento e escoamento da produção de exportação; j) um padrão de distribuição de renda extremamente concentrador; k) a exclusão da comunidade regional das decisões de política econômica regional e o esvaziamento dos órgãos regionais de fomento, etc.

Uma vez que toda a ação governamental movimentou-se no sentido de privilegiar a esfera econômica, os resultados obtidos têm sido satisfatórios, do ponto de

vista do capital: apropriação de grandes porções de terras como reserva de valor; possibilidades de ganhos especulativos com a valorização das terras através das obras de infra-estrutura governamental e incentivos fiscais; e possibilidades de exploração dos recursos naturais regionais, entre outros. São resultados que permitem perceber que os objetivos foram alcançados, ou seja, a Amazônia está integrada ao processo geral de acumulação capitalista nacional e internacional.

A situação atual do setor primário amazônico reflete as conseqüências das políticas “desenvolvimentistas” do governo federal que objetivaram, principalmente, a integração da região ao processo de acumulação capitalista que ocorria no restante do país, sem a menor preocupação com os interesses regionais.

Amazônia: as políticas públicas em questão

Nem sempre puderam ou podem hoje ser aferidas e compreendidas com nitidez as políticas públicas para a Amazônia. O *formalismo* sempre foi uma característica dominante na concepção e elaboração dessas políticas. Assim, algumas delas estão *explícitas* e outras *implícitas* sendo, entretanto, estas, as que têm aplicabilidade prática. Pode-se falar, assim, em políticas *retóricas* e práticas. Aquelas exprimem o discurso das autoridades públicas; estas, são realizadas de fato. Sob outro ângulo, pode-se falar em políticas de efeitos *benéficos* e de efeitos *perversos*. Normalmente estas políticas são, em verdade, características de uma só que, a um só tempo, tem efeitos benéficos e perversos. Tristemente, estes últimos têm sido dominantes no caso da Amazônia, sobretudo, quando se leva em conta as políticas implícitas.

Da política de conquista à política de exploração

Desde que a Amazônia foi descoberta pelos navegadores europeus, no início do século XVI, despertou a cobiça para a exploração de suas riquezas naturais exuberantes. Ingleses, espanhóis, franceses, irlandeses, holandeses, por longo tempo, disputaram com os colonizadores portugueses a ocupação da região. Estes não aceitaram compartilhar a imensa região com outros povos que consideraram “invasores”. Criaram, dessa forma, os portugueses uma situação factual que violava o Tratado de Tordesilhas. Com isso, alargaram as fronteiras para Oeste, definindo a soberania política lusitana sobre a Amazônia brasileira, reconhecida pelo Tratado de Madri, em 1750.

O colonizador português passou, então, a dispor da maior parcela contínua do Trópico Úmido, cujos recursos naturais desejava explorar ao máximo para comercializá-los no mercado europeu. Aos produtos florestais, - chamou de “drogas do sertão” e, para coletá-los, mobilizou a mão-de-obra indígena, profunda conhecedora de todos os recantos regionais. Essa conotação política, voltada para a exploração dos recursos naturais regionais, atravessou o século XVIII e foi assumida pelas autoridades do Brasil independente, no século XIX.

O Brasil soberano não teve outra preocupação para com a região, senão garantir a sua conquista e maximizar a exploração de seus recursos naturais. No meado do século XIX, mobilizou-se para explorar um novo produto descoberto nas florestas amazônicas: a *borracha*, que seria responsável pela característica dominante da economia regional ao longo de todo o século subsequente - o extrativismo. De outro lado, o novo produto passou a ter um significado *excepcional* na economia mundial,

assumindo características estratégicas na formação das modernas sociedades afluentes, através da mais sofisticada fabricação de produtos para os transportes de massas – o pneumático e a câmara.

Da política de exploração à política colonialista

É óbvio que o colonialismo era inerente ao exercício da soberania portuguesa. Mas, o importante é assinalar que o *colonialismo externo* foi, apenas, substituído pelo *colonialismo interno*, entendido este como o tipo de relação econômica que o poder central do país soberano passou a adotar na região. Essa atitude tornou-se ostensiva e revelou-se aos olhos da sociedade brasileira durante a segunda guerra mundial, quando o governo federal percebeu a total dependência que a região tinha diante do centro-sul hegemônico. A Amazônia estava no centro de decisão, no Rio de Janeiro, apenas, através da navegação marítima. A costa brasileira passou a ser teatro da guerra, quando foram submersos mais de quarenta navios que faziam a ligação entre a região e o centro-sul. Era tão arriscado dirigir-se para a Amazônia quanto era atravessar o atlântico rumo à costa da África.

Os constituintes de 46 assumiram a atitude política de “valorizar” a Amazônia, através da consignação de recursos para o desenvolvimento da região e, sobretudo, para sua integração ao restante do país. Além disso, a guerra mundial havia despertado a nação para a cobiça internacional que voltava os olhos para os seus recursos naturais abundantes. Assim, o Congresso Nacional reagiu energicamente contra a criação do Instituto da Hiléia. Lançou o programa de construção das estradas da integração nacional, sobretudo, pela ligação do Brasil Central com a foz do rio

Amazonas, através da Belém – Brasília; e com a Amazônia Ocidental, através da Cuiabá – Porto Velho. “Integrar para não entregar”, era o lema que dava sustentação geopolítica aos recursos dispendidos com as estradas de integração nacional.

Da política de integração à política de exploração

A integração nacional revelou-se, todavia, como o formalismo que dava cobertura à política de exploração. As estradas de penetração nacional, apoiadas pelo nacionalismo, assinalavam os mapas da região, em sentido Sul-Norte (a Belém – Brasília, a Cuiabá – Santarém, a Cuiabá – Porto Velho, Manaus, a Manaus – Boa Vista) e, em sentido Leste – Oeste (a Transamazônica, a Perimetral-Norte). Em apoio às estradas de integração, vieram os incentivos fiscais, ou seja, as deduções tributárias para investimentos, pelas quais o governo federal abria mão de parcelas do imposto de renda para que fossem aplicadas na região. -Uniram-se, assim, os interesses do poder público e da iniciativa privada, no objetivo de explorar os recursos naturais amazônicos.

A política de integração nacional, que abriu estradas que penetraram até às mais longínquas paragens da região, atingiu o seu objetivo integracionista imediato: revelou a Amazônia para o restante do país e do mundo e trouxe consigo os contingentes populacionais que ocupam a região, criando as frentes pioneiras de ocupação. A Amazônia perdeu, assim, o seu ar de mistério, o critério mágico que transmitia aos seus primeiros ocupantes o sentimento de respeito à floresta e aos rios, nas suas múltiplas manifestações. O seringueiro, o balateiro, o pescador, o

castanheiro, o mateiro, mantinham, entretanto, com a região, uma relação de equilíbrio que evitava qualquer prática predatória.

As frentes pioneiras adotaram outra atitude, pois não sentiam qualquer compromisso com o equilíbrio ecológico regional. Assim procedeu o capitalista empreendedor que o Estado vem incentivando e subsidiando para substituir as florestas por pastagens, com todos os efeitos perversos inerentes a essa atividade. Desse modo, a política de integração é ambivalente porque: de um lado, volta-se para atender a uma preocupação nacionalista e fazer a Amazônia co-participante da economia nacional; de outro, os efeitos perversos da devastação florestal, da agressão ambiental, hoje, constituem uma ameaça de proporções gigantescas ao equilíbrio ecológico do Planeta.

Nesta linha de raciocínio, situam-se, também, os megaprojetos minero-metalúrgicos, implantados nas décadas de quarenta no Estado do Amapá (Projeto ICOMI); e setenta, no Estado do Pará (Projeto Ferro Carajás, complexo ALBRÁS-ALUNORTE, Projeto Jari, Mineração Rio do Norte, entre outros), aos quais deve ser acrescentada a Hidrelétrica de Tucuruí. Todos esses projetos assumiram três características adversas, importantes perante à região:

1º – tornaram-se atração para a mão-de-obra não qualificada de todo o País, formando bolsões de pobreza, até hoje não superados;

2º – provocaram grave impacto ambiental, que alguns desses empreendimentos não conseguiram até hoje resolver;

3º – transformaram-se em enclaves na região, sem provocar maiores efeitos benéficos, em nível econômico ou social, já que são empreendimentos voltados exclusivamente para o mercado externo.

Da política de ocupação à política de desenvolvimento

Desenvolver a Amazônia, criar na região uma sociedade economicamente estável e progressista, nunca foi a atitude dominante do Poder Público, envolvido que sempre esteve pelo ideário utilitarista e imediatista da *exploração* dos recursos naturais regionais. Os planos de desenvolvimento (ou de “valorização”) regionais não passaram até hoje de formais declarações de intenção. Constritos pela falta de recursos financeiros, os planos regionais tornaram-se meros documentos de relações públicas e não estratégias de ação a serem cumpridas pelas agências de desenvolvimento existentes na região, seja em nível federal, seja em nível estadual.

As estratégias de planejamento do desenvolvimento regional enfatizaram, ora a integração nacional, ora a ocupação populacional da região, ora os incentivos à iniciativa privada para investir no aproveitamento das matérias-primas regionais, sempre acentuando o sentido estratégico de utilização das vantagens comparativas que a Amazônia ostensivamente possui.

Essas estratégias de ação, ou não se realizaram, ou sua realização provocou efeitos negativos em importantes segmentos populacionais na Amazônia, cuja reversão é o grande desafio contemporâneo. A exploração racional da Amazônia é o desafio atual, tanto no âmbito governamental quanto da sociedade civil.

As disparidades regionais são notórias no contexto brasileiro, sobretudo em relação à Amazônia, especialmente após o segundo conflito mundial. Atribuí-se estas diferenças à dependência ao governo federal, entre outros fatores. Nesse sentido, as consequências políticas e econômicas se caracterizaram pela íntima vinculação das decisões sobre os investimentos que se propunham instalar, principalmente na região

amazônica, às diretrizes do governo central. Isto ocorreu sem a participação da população local nas discussões sobre como se daria a implantação desses investimentos e sem a preocupação na avaliação dos impactos socioambientais que tais investimentos pudessem provocar.

O exemplo que reforça esta afirmação foram as mudanças na estrutura socioeconômica na Amazônia através da implantação do Projeto ICOMI, no ex-Território Federal do Amapá. Esse empreendimento afetou as relações de poder local, visto que foram investidos recursos nas obras de infra-estrutura local voltadas para a exploração de manganês na Serra do Navio. Caracterizou-se por ser o primeiro executado, na região, em ritmo industrial e sob as regras de empresas mineradoras estrangeiras. Do pós-guerra até à década de 90, foi considerado o símbolo da economia local. Embora fossem sugeridos programas que se destinaram ao uso do seu potencial natural (como por exemplo o Polamazônia, a implantação de colônias agrícolas e o Distrito Industrial), os mesmos receberam reduzida atenção em função da extrema atenção que os administradores dispensavam à extração do manganês.

CAPÍTULO 2

A INSERÇÃO DO CAPITAL INTERNACIONAL NO AMAPÁ

Considerações sobre o estado do Amapá

A região onde hoje se encontra o Estado do Amapá foi doada ao português Bento Manuel Parente, em 1637, com o nome de Capitania da Costa do Cabo do Norte. No final do mesmo século, a região sofreu incursões de ingleses e holandeses que foram expulsos pelos portugueses. No século XVIII, os franceses também reivindicaram a posse da região e, em 1713, o Tratado de Utrecht estabeleceu os limites entre o Brasil e a Guiana Francesa, os quais não foram respeitados pelos franceses. Assim, para proteger seus limites territoriais, principalmente dos franceses, os portugueses construíram a Fortaleza de São José de Macapá.

Na realidade, a origem da cidade de Macapá está relacionada a um destacamento militar proveniente das ruínas da Fortaleza de Santo Antônio de Macapá, em 1736, aproximadamente. O início efetivo da colonização foi realizado por colonos transportados da Ilha de Açores pelo governador do Grão-Pará, Francisco Xavier Mendonça Furtado, em 1751. Posteriormente, foi criada a Vila de São José de Macapá.²

A economia estava diretamente ligada à pecuária e ao comércio, o que, na verdade, caracterizava a apropriação do espaço geográfico amapaense e, também,

² No dia 4 de fevereiro de 1758, com a presença das autoridades e do povo tucujuense, numa praça denominada de São Sebastião, foi levantado o pelourinho, símbolo das franquias municipais, sendo fundada a Vila de São José de Macapá, na presença do ouvidor-geral do Grão-Pará, desembargador Pascoal de Abranches Madeira Fernandes que declarou solenemente criada e instalada a nova Vila. Cf. SANTOS, Fernando R. *A História do Amapá*. Macapá: Vaican, 1998.

do amazônico. Com a construção da Fortaleza de São José de Macapá, em 1782, ocorreu uma expansão no processo de ocupação da Vila. No dia 6 de setembro de 1856, Macapá foi elevada à categoria de cidade. A elite dirigente local considerou que se conseguiria maior autonomia, simultaneamente, estimulando seu povoamento.

No dia 13 de setembro de 1943, o Amapá passou à categoria de Território Federal, sendo desmembrado do Estado do Pará. Na conjuntura nacional, vivia-se o regime de "Estado Novo", na gestão do Presidente da República, Getúlio Vargas. O território do Amapá surgiu num contexto de orientação geopolítica que visava ao estabelecimento de um sistema mais adequado de segurança das fronteiras. Além dele foram criados: Rio Branco, atual Roraima, desmembrado do Amazonas; Guaporé, atual Rondônia, desmembrado do Amazonas e do Mato Grosso; Ponta Porã, desmembrado de Mato Grosso; Iguaçu, desmembrado do Paraná e Santa Catarina.

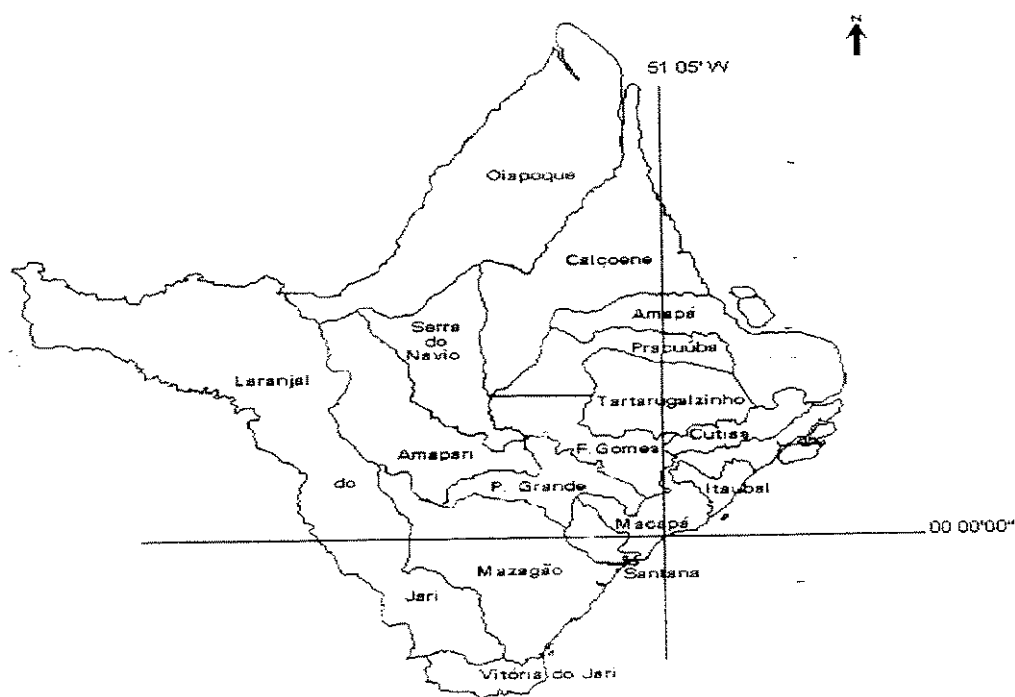
A administração do Território do Amapá ficou subordinada ao governo federal que nomeou o primeiro governador, o capitão do Exército Janary Gentil Nunes, que transferiu a capital do território, antes localizado no município do Amapá, para Macapá. Desta forma, verifica-se o embrião da dualidade, presente, inclusive nos dias atuais, ou seja, a centralização econômica, política e social na capital, em detrimento do subdesenvolvimento da região interiorana.

Inicialmente, o território contava com apenas três municípios (Amapá, Macapá e Mazagão); posteriormente, sua organização político-administrativa foi alterada com a criação de novos municípios: Oiapoque (1945), Calçoene (1956), Santana, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes e Laranjal do Jari (1980).

A criação do Estado do Amapá, encontra-se prevista na Constituição brasileira promulgada, em 05 de outubro de 1988, que dispõe no Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias, em seu artigo 14 (*caput*): "*Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados, mantidos seus atuais limites geográficos*". Deve-se frisar que a transformação ocorreu muito mais por pressões políticas internas do que pelo desenvolvimento capaz de garantir sua sustentabilidade. Com o advento da Constituição estadual, promulgada em 20 de dezembro de 1991, novos municípios foram criados: Amapari, Serra do Navio (artigo 4º, III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), Cutias, Porto Grande, Pracuúba e Itaúbal, posteriormente Vitória do Jari, em 1994 (figura1).

Figura 1 – mapa atual do Estado do Amapá



FONTE: Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA

Ainda no que diz respeito às características recentes do Estado, destaca-se, no ano de 1992, a criação, em Macapá e Santana, da Área de Livre Comércio, responsável pela importação de UR\$100 mil anuais em produtos diversos da França, Estados Unidos, Panamá, Taiwã, Hong Kong e China. Os produtos chegam com isenção de impostos, atraindo comerciantes das várias regiões do país. A Zona de Livre Comércio atrai milhares de migrantes, implicando sensivelmente na modificação do perfil demográfico do Estado, alterando sua estrutura social e econômica.

ICOMI: uma perspectiva histórica

No que concerne aos grandes projetos implantados na região Amazônica e, principalmente, aos novos empreendimentos no Amapá, bem como suas conseqüências socioeconômicas, destaca-se, para fins da pesquisa, a questão do manganês no território amapaense.

Raiol (1992: 46) enfatiza que a exploração do manganês foi o primeiro dos grandes projetos instalados na Amazônia, ainda na época do Território Federal. A articulação para a implantação do projeto foi feita por Augusto Trajano de Azevedo Antunes, parceiro nacional da Bethlehem Steel no Brasil e o governador do Território, Janary Gentil Nunes.

Para efeitos cronológicos, registra-se que, em 1934, o engenheiro Josalfredo Borges assinalou ocorrências de minério de manganês no vale do rio Amapari - afluente do rio Araguari e a primeira via de circulação utilizada para acesso às jazidas de manganês na Serra do Navio. Mário Cruz recolheu amostras do referido minério em 1941. Tais amostras foram identificadas como manganês de alto teor, fazendo parte

de uma das maiores e melhores jazidas do mundo. Isto provocou o imediato interesse dos Estados Unidos, dono do maior parque siderúrgico mundial, mas deficiente desse minério, importando-o principalmente, da África.

O processo de implantação do projeto iniciou-se em 13 de setembro de 1946, quando foi assinado um Decreto Lei nº 9.858 que previa autorização do Presidente da República para que as jazidas de manganês do Amapá pudessem ser exploradas através de contratos com entidades particulares.

O governo do Amapá abriu concorrência internacional visando ao arrendamento de jazidas de manganês; a concorrência atraiu o interesse de vários grupos, inclusive estrangeiros. Venceu a Indústria e Comércio de Mineração S.A (ICOMI). Entre o governo do Amapá e a ICOMI foram assinados sucessivos contratos de concessão. O primeiro referia-se à concessão mineral, assinado em 1947 (o Decreto Lei nº 24.156 de 04 de Dezembro de 1947 autorizava a contratação da ICOMI para executar as pesquisas de aproveitamento das jazidas de manganês), sendo revisado, mais tarde, em 1950. Vale lembrar que, em 1949, a ICOMI associou-se à Bethlehem Steel, a segunda maior siderúrgica dos Estados Unidos, além do fato de que, em 1951, a ICOMI concluiu o estudo geológico da área de concessão mineral, confirmando a existência de quantidade superior a 10 milhões de toneladas de minério.

O segundo contrato, assinado em 1953, foi a concessão da área para a construção de um embarcadouro de minério, no local denominado Porto Macapá ou Porto Santana, no estuário do rio Amazonas³.

O terceiro contrato, também em 1953, referia-se à construção de uma estrada-de-ferro, destinada ao transporte de minério, desde as jazidas até ao embarcadouro. Cada contrato continha cláusulas rigorosas, importante em obrigações à concessionária e estabelecendo prazos curtos para o seu cumprimento. Ressalta-se que deste ano começou a contar o prazo de 50 anos, fixado para a concessão das jazidas.

As empresas envolvidas no projeto foram: a ICOMI - Indústria e Comércio de Minérios S.A - propriedade da CAEMI, pertencente ao grupo de Azevedo Antunes; e a Bethlehem Steel Co. A autorização para a exploração foi sob a forma de mina cativa, até ao ano de 2003. Em 1954, começam a ser construídas as instalações industriais, o embarcadouro e a ferrovia, com prazo de quatro anos para a sua conclusão. A construção da ferrovia tinha a finalidade de facilitar o escoamento do minério ao exterior, ligando a jazida de Serra do Navio até ao Porto de Santana, além da construção da hidrelétrica de Coaracy Nunes.

Em 1955, começaram os projetos de urbanização e construção de duas vilas residenciais destinadas aos empregados da ICOMI: uma na Serra do Navio e a outra em Porto Santana, as quais foram concluídas em 1960.

³ Em seu estuário o rio Amazonas se divide em dois grandes braços, tendo entre eles a gigantesca ilha do Marajó, além de muitas outras ilhas menores. Dentre as últimas, no braço norte, destaca-se a ilha de Santana. Defronte a ela, na margem esquerda do rio, junto a um agrupamento de casebres, existia um pequeno porto que atendia à cidade de Macapá. Era usualmente chamado Porto Macapá ou Porto Santana. Com o passar do tempo, prevaleceu a segunda denominação. Ali, a ICOMI construiu seu embarcadouro de minério de ferro e um núcleo residencial para seus empregados. Hoje, Santana é uma cidade de porte razoável, município do Estado do Amapá. Cf. RIBEIRO, Benjamim Adiron. *Vila Serra do Navio: comunidade urbana na selva amazônica um projeto do arquiteto Oswaldo A. Bratke*. São Paulo: Pini, 1992.

Antes do prazo estipulado, concluíram os projetos de instalações industriais, embarcadouro e ferrovia, iniciando o embarque do minério no Porto Santana, em 1957.

A Bethlehem Steel, parceira estrangeira da ICOMI, em 1984, retirou-se do projeto devido ao esgotamento do manganês de alto teor, guardando em território americano, como estoque estratégico para uso em situações críticas ou emergenciais, uma parte das 25 milhões de toneladas que para lá carregou. Na verdade, segundo informa Raiol (1992: 117), desde 1957 até 1984, o grupo lavrou cerca de 29 milhões de toneladas de minério e exportou mais de 25 milhões; o lucro da exploração foi todo apropriado, embora não se saiba, exatamente, se o volume exportado é o mesmo declarado pela ICOMI - o próprio governo brasileiro não detém este conhecimento. O destino do minério de primeira qualidade foi para os Estados Unidos, onde é guardado como reserva. No que tange ao minério de baixo teor que restava, o grupo para explorá-lo construiu uma usina de pelotização. O senhor José de Melo Bahia, ex-funcionário da ICOMI, que trabalhou doze anos na usina de pelotização, esclarece que: *"(...) a usina de pelotização pegava o manganês de baixo teor pra fazer uma transferência desse manganês de baixo teor para manganês de alto teor, e eliminar o ferro, também, porque o manganês tava misturado com o ferro. Então, ela foi feito pra isso, pra extrair o ferro do manganês e ficar só o manganês"*.

A ICOMI, em 1987, encerrou suas atividades na região de Serra do Navio, argumentando a extinção do minério de manganês. Isto gerou preocupações na população local, pelo destino econômico do município, e nos ambientalistas que verificaram *In loco* a degradação ambiental e a poluição do rio Amapari. Conforme atesta o relato do ex-trabalhador da empresa, senhor Benedito Amaral:

“(...) as jazidas estavam em baixa, né, e também o equipamento bastante desgastado e por isso precisavam reduzir o quadro pra que reduzisse o custo, né, e ficasse a extração do minério pelo um custo mais baixo e foi essa a alegação deles, se não tiver outra empresa que assuma, é bastante difícil a situação aqui por causa que não irá ter renda, né, para manter aqui o município, né, e não tendo renda até a prefeitura vai sofrer com isso”.

Em Santana, a polêmica gira em torno do destino das diversas toneladas de rejeitos de manganês contaminados por Arsênio (figura 2), provenientes do processo de pelletização. Estes rejeitos, entre outros efeitos negativos, está: contaminando o meio ambiente local e, conseqüentemente, as populações que residem nas proximidades dos locais de armazenamento; provocando doenças graves, como o câncer, já registrado na comunidade de Elesbão, além de outras enfermidades.

No aspecto social, a degradação é sensível, especialmente, para os trabalhadores locais que constituíram a mão-de-obra braçal da ICOMI.

Figura 2 – Manganês contaminado com arsênio, estocado no pátio da ICOMI em Santana, próximo ao bairro do Elesbão.

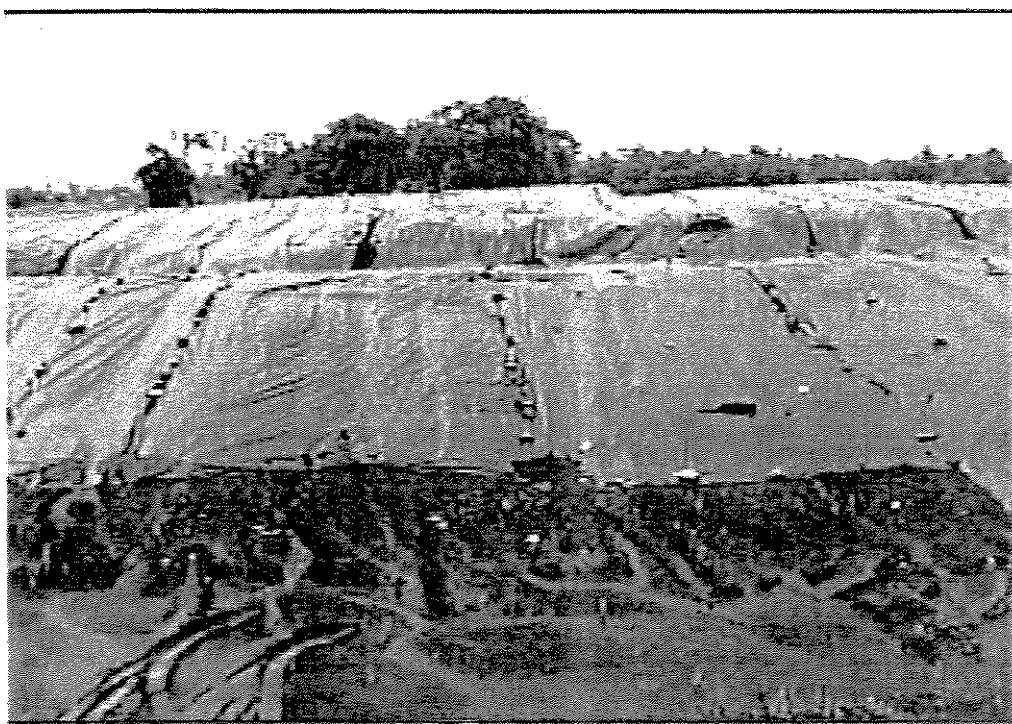


FOTO: Carlos Ernani A. Silva

A exploração do manganês no Amapá: contextualização interna e externa

A ICOMI representa um dos capítulos mais importantes da história contemporânea da Amazônia. Nas primeiras décadas do século XX, a siderurgia apresentava-se como uma das mais significativas atividades da economia mundial, sendo os EUA o maior consumidor. Durante a década de 40, este país passou pela necessidade de procurar novos fornecedores de minérios de manganês de alto teor, a preços razoáveis, pois com o aumento do consumo de produtos elaborados pelo seu parque siderúrgico, começaram a depender do estrangeiro em mais de 50% dos minérios que consumiram em 1950 (Urech, 1955, p. 24). Vários são os produtos que possuem substâncias originadas do manganês e, com isso, identifica a sua importância no setor industrial⁴, os quais podem ser encontrados na medicina, em ração para animais, na preparação da terra, no preparo de pigmentos e corantes, na litocerâmica, na indústria de vidro, em vernizes, na eletrônica, na metalurgia química, em fotografias, e serve como oxidante no processamento de urânio (Brito, 1994, p. 46-9).

A busca de novas jazidas de manganês pelo mundo começou a se ampliar a partir do final da década de 40, quando o maior fornecedor das indústrias norte-americanas, a URSS, suspendeu a sua exportação, devido ao embargo norte americano de remessa de material estratégico àquele país (Leal, 1988, p.158). Para isso, os resultados das pesquisas sobre a localização do minério indicaram resultados cujos dados, retomados por Gonçalves & Serfaty (1976) *apud* Brito (1994: 41) identificaram como maiores concentrações “*áreas do terciário-oligoceno (Distrito de*

⁴ Como exemplo de obras que enfocam o assunto manganês, pode-se destacar: Garibaldi (1973), Costa (1961), Park Jr. (1949), Leinz (1948) e Valarelli (1967).

Nikopol - ex-URSS) e do préCambriano (Brasil, Índia, África do Sul e Gabão), vindo em seguida as áreas do terciário-eoceno (Distrito de Tchiatura), do permocarbonífero (China) e do cretáceo (Austrália)”.

Leal (1988: 158), ao citar o relatório de Glycon Paiva, elaborado em 1946, lembra que o manganês apresentava-se como o “calcanhar de Aquiles da siderurgia” e este produto detinha uma importância fundamental para a indústria, uma vez que se mostrava como um dos principais elementos para a fabricação do aço e o seu consumo definia o nível industrial de um país. Cunha (1962: 29), ao analisar a questão mineral manganesífera no contexto amapaense e a sua importância no mercado (inter)nacional, identifica-o como: nobre, de procura rígida, inelástica e de importância política.

A partir deste momento, o Brasil começa a ter participação fundamental no fornecimento desses produtos aos EUA, através das explorações da Serra de Urucu (MT) e da Serra do Navio (AP). O interesse pela exploração no norte do Brasil, baseava-se na distribuição desigual das suas reservas no espaço mundial, fazendo com que a produtividade amapaense, considerando a sua posição geográfica próxima aos maiores centros consumidores, notadamente o norte-americano, detivesse um valor político e econômico para as realidades regional e nacional.

A primeira informação da existência deste minério na Amazônia foi dada em 1934, pelo Eng^o. Josalfredo Borges, que se referia à ocorrência de polianita (bióxido de manganês) no rio Amapari, afluente do Araguari. Porém, essa informação passou despercebida, ou não foi dada a devida importância pelos órgãos administrativos do Governo Federal. Sobre esta questão Leal (1988: 160-1) elucida:

“Ao se reportar à história oficial da descoberta do manganês em terras amapaenses, chama a atenção ao fato do então Governador, Janary Nunes, prometer uma premiação a quem encontrasse prova de jazidas minerais. Neste momento o comerciante Mário Cruz leva uma amostra da pedra de manganês, em 1945, ao governador. Após esse fato, de imediato, várias empresas e instituições iniciaram a prospecção através de seus geólogos e técnicos, tais como:

Glycon Paiva, pelo DNPM, em 1946; Viktor Leins, pela Universidade de São Paulo, em 1946; A.E.Walker, da M. A. Hanna, em 1947; Harvey Hakala, da U. S. Steel, em 1947; Iphygenio Soares Coelho, da ICOMI, em 1948; e, ainda N.H. Doornick, da Willian H. Muller & Co.; John Van Nostrand II, P. W. Guild e Charles F. Park, do United States Geological Survey. As jazidas acabaram por ser definitivamente prospectadas pela Bethlehem Steel Co., sob a direção de Robert Butler”.

Verificada a potencialidade manganesífera da região, o governo brasileiro baixou o decreto-lei nº 9.858, de 13 de setembro de 1946, que qualifica a jazida como *reserva nacional*, permitindo o seu aproveitamento a partir da contratação de empresas particulares, assegurando a participação direta do Território Federal do Amapá, nos proventos auferidos com o aproveitamento dessas jazidas. Leal (1988: 167) assim analisa esta situação:

“O documento inicia com o uso de *nacionalidade*. Propõe-se, através dela, a falsa idéia de que as jazidas de manganês seriam objeto de propriedade social, usando-a como máscara útil para as providências necessárias à sua apropriação privada. (...) Após abençoadas as jazidas como *reserva nacional*, os artigos 4º e 5º do referido Decreto começam a esculpir (...) as possíveis alternativas de sua forma de exploração: possivelmente a iniciativa privada (...) garantindo ao Território *participação* (termo objetivamente eufemístico) nos resultados da exploração”.

Chama-se a atenção, contudo, que doze dias após a publicação deste Decreto, no dia 25 de setembro, um edital do governo convocava os interessados à licitação de exploração, concorrendo as empresas: Cia. Meridional de Mineração (subsidiária da U. S. Steel), Indústria e Comércio de Minérios - ICOMI (Empresa de Belo Horizonte) e Hanna Exploration Company, de Pittsburgh (EUA). Sendo vencedora dessa licitação a ICOMI, Leal (1988) questiona: *“Por que, então, uma grande corporação de minério como a U.S. Steel (representada pela Meridional, sua empresa filha) perdeu uma concorrência para a desconhecida ICOMI?”*

O mesmo autor ensaia uma resposta ao analisar a questão das grandes empresas que dividiam o mercado internacional do aço, a Bethlehem Steel e a U. S. Steel, e suas atuações no território brasileiro. Segundo Leal (1988: 172) , a U. S. Steel já possuía atividades no Brasil, nas minas de Urucu (em Mato Grosso do Sul) e com isso,

“ (...) as regras do jogo apontavam, no caso, da divisão das fatias do manganês brasileiro, para a Bethlehem Steel. Coisa impossível é *provar*, mas é fácil de entender à luz das regras do jogo do cartel. É impossível que, desde o começo, a associação entre a ICOMI e a Bethlehem Steel já não tivesse prevista, ante as circunstâncias presentes no processo. (...)

Portanto, na verdade, as participações da Hanna e da Meridional - particularmente desta - tiveram como finalidade dar a necessária legitimidade à concorrência. Em nome da hegemonia conjunta e da manutenção do monopólio e das condições do cartel, na verdade a U. S. Steel, naquela situação estava *ajudando* a sua rival e companheira. O primeiro movimento a U. S. Steel perder; o segundo: a empresa vencedora associar-se à Bethlehem Steel. Resultado final: as grandes minas brasileiras de manganês (Urucu e Serra do Navio) ficariam repartidas pelos dois grandes monopólios do ramo do aço. O pressuposto básico de controle geral do ramo em regime do monopólio - o controle das fontes de matéria prima - estaria dividido e assegurado”.

Sendo o Brasil uma economia extremamente sensível aos acontecimentos internacionais, principalmente naqueles originados do centro dinâmico e da transferência gradual da hegemonia do capital inglês para o norte-americano, apresentou como marco para mudanças internas o fortalecimento de uma burguesia industrial nacional, notadamente após a crise de 1929, quando iniciou o seu processo de transferência de investimentos da agrária para a industrial. Essa situação influenciou a reorganização econômica brasileira, principalmente a partir do governo de Getúlio Vargas, com seus planos de industrialização, cujo reflexo deu-se com o início do processo de urbanização e organização espacial baseando-se na distribuição desses investimentos.

O Amapá, neste contexto, apresentava como característica principal das suas relações econômicas a exploração dos seus recursos naturais (madeira, peixe-boi, castanha do Pará, ferro e ouro), cujo mercado consumidor se encontrava na principal cidade da região, Belém (desconsiderando o contrabando, principalmente do ouro, os produtos amapaenses para acessar mercados extra-regionais, obrigatoriamente necessitava de que fossem renegociados na capital paraense.) e a ocorrência do latifúndio, principalmente no município do Amapá (pecuária) e em Mazagão (com o extrativismo da borracha e da castanha). A instalação da ICOMI marca o início da produção industrial e extrativa mineral na Amazônia, através da venda do minério voltado ao mercado norte-americano, com apoio financeiro da rede bancária e creditícia regional e empréstimos internacionais pelo BIRD.

Dois diplomas legais contribuíram para que esta última situação se efetuassem: a) a lei nº 1.235, de 14 de novembro de 1950 e b) e o aditamento do contrato, em 29 de abril de 1953. No primeiro, o poder executivo foi autorizado a dar

garantia do Tesouro Nacional a empréstimo de US\$ 35 milhões à ICOMI, para financiar o aproveitamento das jazidas manganésíferas amapaenses, nas instalações do porto, na construção e aparelhamento da estrada-de-ferro e em outras conexas com a lavra, transporte e embarque de minério. Para obter tal empréstimo, o governo brasileiro teria que garantir as seguintes providências preliminares e asseguradoras da indenização (Cunha, 1962, p. 91): declaração do Ministro da Fazenda, considerando economicamente vantajoso, sob ponto de vista nacional, o aproveitamento do manganês do Amapá, o plano de seu financiamento e de não existir objeções ao prosseguimento da execução; autorização da ICOMI para exportar as quantidades de minério de manganês que fossem necessárias ao pagamento integral das prestações programadas até 1965; e autorização à antiga Superintendência da Moeda e do Crédito para acertar com o *Export and Import Bank* (EIB), dos EUA, as medidas satisfatórias, no sentido de aplicar, no serviço de empréstimo, uma parte das divisas resultantes da venda de minério, equivalente a US\$ 15 milhões aproximadamente.

O valor solicitado totalizava a importância considerada pela ICOMI, naquela época, como aquisição suficiente a tais propósitos, no entanto, por ampliação da linha dos interesses comerciais da Empresa, sequer foi utilizado, porque o custo daquelas obras excederia em quase o dobro deste valor (Cunha, 1962, p. 90).

No segundo, o aditamento do contrato, em 1953, permitia à ICOMI contratar no exterior, com o EIB, o empréstimo de US\$ 67,5 milhões, assegurando àquela o direito de exportar as quantidades de manganês necessárias ao pagamento integral do volume financiado contraído até 1965 (Cunha, 1962, p. 97-101) e (Silva, 1988, p.28-33).

Esta relação de bancos internacionais com o Brasil, desde 1949 até fins da década de 60, expressou-se na ênfase concedida aos investimentos em infra-estrutura econômica, pois àquela época argumentava-se que a industrialização das economias subdesenvolvidas pressupunha a canalização de recursos para a expansão da capacidade de produção de energia e do sistema de transportes, como forma de viabilizar a ampliação dos investimentos privados e a conseqüente modernização industrial.

Ao ser sancionado o Decreto-lei nº 24.156, em 04 de dezembro de 1947, permitindo à ICOMI executar pesquisas e aproveitar o manganês, esta empresa estreitou contatos com a multinacional Bethlehem Steel, uma das maiores empresas de mineração internacional. O que se verificou, no entanto, foi que o contrato decorrente de tal autorização foi efetivamente celebrado, entre o Governo do Amapá e a ICOMI, dois dias depois (claro que a minuta já estava pronta), dia 06 de dezembro de 1947, conforme a escritura pública registrada às fls. 72 e seguintes do livro nº 1.066 do 5º ofício de Notas da cidade do Rio de Janeiro.

Este contrato foi revisto pelo Decreto-lei nº 28.162, de 31 de maio de 1950, cujo teor foi analisado e avaliado por Cunha (1962), o qual mostra-se insatisfeito com as cláusulas do acordo. Dentre os termos contratuais questionados pelo autor, pode-se destacar o prazo de exploração mineral por um período de 50 anos e as obrigações que a empresa se compromete com o Amapá, como por exemplo: 1) pagamento de *royalties* sobre a exploração do manganês (4% do valor do minério exportado, trimestralmente, e com carência adicional de 60 dias); 2) reservar, para o público, 200.000 ton. de capacidade anual na estrada-de-ferro, desde que não viesse a prejudicar as operações da empresa; 3) investir em novos empreendimentos 20% dos

lucros líquidos originados das minas arrendadas; 4) pôr à disposição do serviço público, para instalação domiciliar, hospitalar, comercial, industrial ou iluminação de ruas, até 30% da capacidade energética. Estas determinações proporcionaram a alocação de investimentos para infra-estrutura local, porém o objetivo destas obras se destinavam às melhorias da produção da ICOMI, não às necessidades locais. Neste contexto, Brito (1995: 2) assim distingue os deveres dos sujeitos do contrato, assinado em 1950:

“ (...) ao Governo do Território Federal do Amapá cabia a formulação de políticas que viessem minimizar os impactos socioeconômicos sobre a área de abrangência do Projeto. E à empresa a incumbência da produção econômica, sendo suas responsabilidades sociais somente aquelas definidas no contrato e os encargos sociais com custos da força de trabalho”.

Este contrato foi o que direcionou toda a economia amapaense. Nada poderia ser efetuado sem a participação da ICOMI, direta ou indiretamente. Das propostas de planejamento regional direcionadas ao Amapá, as que estavam na área de influência imediata dessa empresa foram timidamente incentivadas, como ocorreu nas colônias agrícolas do atual município de Pedra Branca do Amapari. O que se pôde observar, neste contexto, foi que o Amapá pouco participou efetivamente nessas propostas, pois essa extração mineral foi a principal atividade de atração financeira e demográfica a este ex-Território até à década de 80.

Mesmo com vultosos investimentos, a exploração do manganês proporcionou um tímido impulso econômico ao Amapá, decorrente de vários fatores, dentre os quais se destacam:

- a) por se apresentar como Território Federal, as decisões e anuências para instalação de atividades econômicas do porte da ICOMI teriam que primeiro passar pelo Distrito Federal para serem efetuadas, posteriormente eram impostas por Decreto-lei ou por determinação extra-regionais. A “agilidade” que os políticos da época manifestaram para implantar o aspecto legal da pesquisa, avaliação e contrato da exploração do manganês foi um dos principais aspectos desta fase inicial de implantação da mineradora;
- b) a sua posição geográfica, aliada à exuberância de suas potencialidades próximas aos grandes centros industriais norte-americanos, seus maiores exploradores;
- c) o processo produtivo e as melhores infra-estruturas estarem centralizadas na sua capital, Macapá, (a mina, estrada-de-ferro e o porto de exportação do manganês);
- d) os incentivos oferecidos pelo governo federal: concessão fiscal na exploração do mineral inicialmente registradas no seu contrato e, após a década de 60, oferecida pela SUDAM; a garantia absoluta dos associados da ICOMI sobre qualquer jazida que pudesse ser descoberta; e a garantia de arrendamento exclusivo das jazidas aos concessionários por 50 anos; e a execução da batimetria e balizamento do Canal Norte pela Marinha Brasileira.

Após a instalação da ICOMI, o crescimento demográfico do Amapá e a sua organização espacial estiveram intimamente relacionados ao processo de exploração e exportação do manganês, cujos reflexos deu-se nas relações entre a população urbana e rural, tornando-se mais evidente após a década de 60 (Tabela 1). Segundo o IBGE (1996, p. 2), dos municípios amapaenses, os que mais se destacam, dentro deste

contexto, são Macapá e Santana que correspondem à área mais populosa e urbanizada desta Unidade Administrativa (Tabela 2).

**Tabela 1 - População residente absoluta, urbana e rural, do Estado do Amapá
(1950-1996)**

MUNICÍPIOS	1950 (*)			1960			1970			1980			1991			1996		
	T	U	R	T	U	R	T	U	R	T	U	R	T	U	R	T	U	R
AMAPÁ	8.794	1.765	7.029	7.900	2.119	5.781	10.377	2.659	7.718	9.508	3.533	5.975	8.075	5.036	3.039	6.441	5.440	1.001
MACAPÁ	20.594	10.068	10.526	46.777	28.835	17.942	86.087	54.740	31.357	137.451	93.132	44.319	179.737	154.083	25.714	220.962	209.683	11.289
MAZAGÃO	5.105	1.013	4.092	7.565	1.447	6.118	10.497	1.697	8.800	20.436	2.482	17.954	8.911	3.921	4.990	11.353	5.212	6.141
OIAPOQUE	2.984	1.054	1.930	3.934	1.894	2.040	4.554	2.097	2.457	5.028	2.514	2.514	7.555	4.004	3.551	9.820	5.590	4.230
CALÇOENE	--	--	--	2.344	946	1.398	2.834	1.258	1.576	2.834	2.074	760	5.177	3.904	1.273	5.678	4.269	1.406
SANTANA	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	51.451	45.800	5.651	69.501	65.513	3.988
TARTARUGALZINHO	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	4.693	1.590	3.103	4.603	2.151	2.452
FERREIRA GOMES	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2.386	1.512	874	2.604	1.910	694
LARANJAL DO JARI	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	21.372	14.301	7.071	23.468	21.415	8.489
CUTIAS	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1.998	914	1.084
ITAUBAL	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1.945	696	1.249
SERRA DO NAVIO	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2.751	1.248	1.503
PEDRA BRANCA DO AMAPARI	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	3.018	877	2.141
PRACUÚBA	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
PORTO GRANDE	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1.690	641	1.049
VITÓRIA DO JARI	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	7.191	5.051	2.140
TOTAL ESTADUAL	37.477	13.900	23.577	67.750	34.794	32.956	114.359	62.541	51.908	175.257	103.735	71.522	289.397	234.131	55.266	379.459	330.590	48.869

Fonte: IBGE. 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 1996.

(*) População presente

T = Total ; U = População Urbana ; R = População Rural.

Tabela 2 - População residente relativa (%), urbana e rural do Estado do Amapá (1950-1996)

MUNICÍPIOS	1950 (*)			1960			1970			1980			1991			1996		
	T	U	R	T	U	R	T	U	R	T	U	R	T	U	R	T	U	R
AMAPÁ	23,46	20,07	79,93	11,53	26,82	73,18	9,07	25,62	74,38	5,42	37,16	62,84	2,79	62,36	37,64	1,70	84,46	15,54
MACAPÁ	54,95	48,89	51,11	68,27	61,13	38,36	75,29	63,60	36,40	78,43	67,75	32,25	62,12	85,70	14,30	58,23	94,89	5,11
MAZAGÃO	13,62	19,84	80,16	11,04	19,13	80,87	9,18	16,17	83,83	11,66	12,14	87,86	3,07	44,00	56,00	2,99	45,91	54,09
OIAPOQUE	7,97	35,32	64,68	5,74	48,14	51,86	3,98	46,05	53,95	2,87	50,00	50,00	2,61	53,00	47,00	2,59	56,92	43,08
CALÇOENE	--	--	--	3,42	40,36	59,64	2,51	44,39	55,61	1,62	73,18	26,82	1,79	75,41	24,59	1,50	75,18	24,82
SANTANA	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	17,78	89,01	10,99	18,31	94,26	5,74
TARTARUGALZINHO	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1,62	33,88	66,12	1,21	46,73	53,27
FERREIRA GOMES	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	0,82	63,37	36,63	0,52	73,35	26,65
LARANJAL DO JARI	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	7,38	66,91	33,09	6,18	91,25	8,75
CUTIAS	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	0,69	45,74	54,25
ITAUBAL	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	0,51	35,78	64,22
SERRA DO NAVIO	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	0,72	45,36	54,64
PEDRA BRANCA DO AMAPARI	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	0,79	29,06	70,94
PRACUÚBA	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	0,44	37,93	62,07
PORTO GRANDE	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1,89	70,24	29,76
VITÓRIA DO JARI	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1,70	--	--
POP. RELATIVA (%)	100,00	37,09	62,91	100,00	51,36	48,64	100,00	54,61	45,39	100,00	59,19	40,81	100,00	80,90	19,10	100,00	87,12	12,88

Fonte: IBGE. 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 1996.

(*) População Presente

T = Total Relativo ao Estado; U = População Urbana Relativa do Município; R = População Rural Relativa do

Município

Um outro fator que teve considerável participação na organização espacial amapaense foi manifestado quando a ICOMI integrou-se ao Grupo CAEMI, na década de 50, cujo acionista majoritário era o próprio dono da empresa mineradora de manganês no Amapá, Augusto de Azevedo Antunes. A CAEMI foi constituída em 31 de maio de 1950 e registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o nº 50.045, em 01 de junho de 1950. Possui como ramo de negócio a promoção e realização de empreendimentos industriais, especialmente nos setores de mineração, agropecuários e comerciais, e a participação societária em tais empreendimentos, ou em outras empresas quando conveniente aos interesses sociais (Silva, 1988).

O início das explorações do potencial manganêsífero amapaense, após a licitação de exploração realizada na década de 40, foi realizado pela Sociedade Indústria Comércio e Mineração, cuja empresa fixou contrato com o Governo do Território Federal do Amapá para explorar esse minério⁵. Uma das cláusulas do contrato referia-se à previsão de serem feitas associações com empresas de origem estrangeira. Sobre este assunto Brito (1994: 57) sugere como origem da CAEMI:

“ (...) a empresa poderia constituir sociedades comerciais, reservando sempre a brasileiros, pelo menos 51% do respectivo capital e, aos demais não excedendo 49%. Este fato permitiria a ICOMI buscar novos investimentos e regularizar a situação da empresa norte-americana Bethlehem Steel Company, que desde 1949 vinha dando apoio financeiro aos trabalhos de prospecções realizados em Serra do Navio. Em decorrência dessa associação, surgiu a empresa Companhia Auxiliar de Empresa de Mineração (CAEMI) que respondia pelos interesses comerciais das duas empresas”.

O que se observou, no entanto, foi que, com a assinatura do contrato, enquanto o Território Federal do Amapá recebia 4%, 96% era transferido para os

⁵ Decreto nº 24. 156, de 04 de dezembro de 1947, revisto pelo Decreto nº 28.162, de 31 de maio de 1950.

Estados Unidos como matéria-prima desta atividade econômica (posteriormente aquele valor ficou estipulado em 5% para o Amapá). O recurso adquirido desses *royalties* foi destinado, principalmente, às obras da Usina Hidroelétrica Coracy Nunes , cuja energia visou a atender às máquinas da ICOMI, localizadas em Santana.

Com a consolidação da exploração mineral no Amapá, este grupo administrado pelo empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes, iniciou uma diversificação de suas atividades neste Estado, visando a proporcionar outras opções de uso do solo regional. Essa variedade de investimentos foi executada com os seguintes ramos e empresas:

- a) em 1966, foram criados o Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá (IRDA), na Serra do Navio e a Companhia Progresso do Amapá (COPRAM), em Santana. O primeiro foi concebido como um centro de estudos, pesquisas e levantamentos de base, destinado a contribuir, mediante o inventário dos recursos humanos e naturais da região, para a formulação de programas que criassem ou aperfeiçoassem as condições de infra-estrutura econômica e social do Amapá. O segundo visou a garantir as execuções das propostas de desenvolvimento sugeridas ao Amapá. Hoje estas duas propostas estão desativadas;
- b) em 1968, em Santana, foi instalada a empresa Bruynzeel Madeira S/A - BRUMASA. Tal empreendimento, que foi originado de um acordo entre a ICOMI e um grupo de empresários holandeses, teve como atividade principal a fabricação de compensados a partir dos recursos florestais locais, como também na exploração da Virola (*Virola Surinamensis*). A empresa está desativada desde 1988 e suas instalações integravam a fábrica de cavacos da Amapá Celulose S.A;

c) em 1976, em Porto Grande, foi criada a Amapá Florestal Celulose S.A (AMCEL), cuja atividade destinava-se à plantação de pinheiros, visando, inicialmente, a fornecer madeira para a fábrica de celulose do complexo industrial do Jari; Desde o final de 1996, esta empresa não mais integra o Grupo CAEMI, em função da sua venda ao grupo norte americano *Champion*, atuante no mercado de papel e celulose;

d) em 1981, em Porto Grande, foi instalada a Companhia de Dendê do Amapá (CODEPA), visando à produção de óleo de dendê para o mercado nacional. Esta empresa foi vendida a um grupo ítalo-belga, que continua as atividades de produção do dendê, escoado pelo porto da ICOMI. Atualmente a CODEPA integra o Grupo da *Champion*;

e) em 1982, Azevedo Antunes adquiriu a maioria das ações da Companhia Florestal Monte Dourado (atualmente conhecida como Jari Celulose S.A) e da mineradora Caulim da Amazônia (CADAM), de Daniel Keith Ludwig. A área dessas empresas abrangia os municípios de Almerim (PA) e Mazagão (AP), sendo que no Amapá encontra-se a plantação de pinhos e eucaliptos, e a mina de Caulim. As plantações destinam-se ao consumo da fábrica de celulose do Complexo Industrial do Jari. A mina é beneficiada pela CADAM, cujas fábricas estão localizadas no espaço paraense. O município de Almerim também possui uma extensa área destinada ao cultivo destas árvores, como também há a presença de uma mina de bauxita, beneficiada pela empresa Mineração Santa Lucrécia, na mesma área do Complexo Industrial citado, sendo aquela também pertencente ao Grupo CAEMI⁶;

⁶ Em 1987, Mazagão desmembrou-se, originando o município de Laranjal do Jari. E em 1994, este fragmentou-se, criando o município Vitória do Jari. No primeiro, também conhecido como "Beiradão", há consideráveis críticas sobre as influências e consequências negativas deste Complexo Industrial; no segundo, conhecido como "Beiradinho", há a mina de caulim (explorável por aproximadamente 400 anos) e é uma versão reduzida dos mesmos problemas do município anterior. Para maiores detalhes, verificar Pinto (1987).

f) em 1986, foi implantada a Companhia de Ferro-Liga do Amapá (CFA), em Santana, na área das instalações da ICOMI. Sua implantação havia sido prevista desde a década de 50 (Urech, 1955). Esse empreendimento inicialmente foi responsável pelo aproveitamento do minério de ferro explorado no Distrito de Vila Nova (Mazagão), cuja produção da liga de ferro e cromo era beneficiada através do processo de pelotização⁷. No início da década de 90, esta fábrica foi readaptada para o processo de sinterização do manganês e em meados dessa mesma década, foi desativada.

Em seguida, apresenta-se as principais ocorrências verificadas no Estado do Amapá no período de 1943 a 2000, conforme quadro 1.

⁷ pelotização é uma operação executada em dois tempos. Primeiramente, o minério pulverulento é umedecido e carregado num tambor inclinado. Com o movimento deste e em consequência da umidade, o minério aglomera-se em peletas cruas. Depois de sua formação, elas são submetidas a um tratamento térmico que lhes dá dureza necessária de uma profundidade de 3 a 4 mm. (Bohomeletz, 1964, p. 43).

Quadro 1 - Principais ações para a ocupação do Amapá (1943-2000)

ANO	AÇÕES	OBJETIVOS
1943	Criação dos Territórios Federais.	Ocupar as regiões das áreas fronteiriças e de baixa densidade demográfica.
1944	Transferência da capital amapaense: do município do Amapá para Macapá.	Dotar o Território Federal do Amapá de uma capital com melhores condições infra-estruturais.
1945	Criação do município de Oiapoque	Ocupar e proteger a região limítrofe entre o Território Federal do Amapá e a Guiana Francesa.
1946	O manganês do Amapá é decretado como reserva nacional.	Garantir a participação direta do Território Federal na exploração do minério
1947	Contratada a Sociedade Indústria e Comércio de Minérios Ltda. para a exploração das jazidas de manganês do Amapá.	Levantar a potencialidade mineral da região.
1950	Revisão do contrato da exploração do manganês do Amapá.	Garantir a exploração do minério pela ICOMI.
1953	- Criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) - Instalação da ICOMI – Indústria Comércio de Minérios S/A, em Serra do Navio.	- Incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do país, a partir de planejamentos quinquenais para a valorização econômica da Amazônia. - Exploração e beneficiamento do minério de manganês existentes na Serra do Navio.
1955	- Divulgado o Plano de Industrialização do Território Federal do Amapá.	- Criar um pólo minero-metalúrgico aproveitando o potencial hidráulico e madeireiro amapaense.
1956	- Criação do município de Calçoene. - Criação da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA.	- Reorganização territorial do Amapá - Construir e explorar sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica e serviços correlatos; promover a expansão do mercado de energia elétrica no ex-Território e estimular a criação de um parque industrial.
1957	Início da produtividade da ICOMI.	Produção, escoamento e comercialização do manganês.
1966	- Criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. - Criação do Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá – IRDA. - Criação da Companhia Progresso do Amapá – COPRAM.	- Coordenar e supervisionar programas e planos regionais; decidir sobre a redistribuição de incentivos fiscais. - Levantar os recursos naturais e humanos e preparar propostas para o seu aproveitamento. - Captar recursos e promover os investimentos no Território Federal do Amapá.
1968	- Criação do Comitê Organizador dos Estudos Energéticos da Amazônia. - Instalação do Projeto Jari (Almerim – PA e Mazagão – AP) - Instalação da Bruynzeel Madeireira S/A – BRUMASA, em Santana	- Supervisionar estudos de aproveitamento do potencial energético regional. - Fabricação de celulose e beneficiamento do caulim (Almerim –PA), extração do caulim (Mazagão – AP) - Exploração da <i>Virola Surinamensis</i>
1970	- PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste. - Criação do Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA)	- Promover a capitalização rural. - Executar a estratégia de distribuição controlada da terra.
1974	- Criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA. - Instalação da ELETRONORTE no Amapá.	Concentrar recursos em áreas selecionadas visando ao estímulo de fluxos migratórios, elevação do rebanho e melhoria da infra-estrutura urbana. - Garantir a conclusão, o funcionamento e a geração de energia oriunda da UHE de Coaracy Nunes
1976	- Início da geração de energia pela Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes, em Ferreira Gomes. - Instalação da Amapá Celulose S/A – AMCEL, em Porto Grande	- Fornecimento de energia elétrica para Macapá e Serra do Navio. - Cultivo de pinhos destinado à fábrica de celulose do Projeto Jari
1980	A criação do Distrito Industrial de Macapá.	Estabelecer na área destinada ao processo industrial de Macapá empresas que se beneficiem dos recursos naturais existentes no Amapá.
1981	Instalação da Companhia de Dendê do Amapá – CODEPA, em Porto Grande.	Cultivo de dendê
1984	A Bethlehem Steel deixa o Amapá	Extinção do manganês de alto teor

1986	Instalação da Companhia Ferro Liga do Amapá – CFA, em Santana.	Beneficiamento do manganês pela sua pelotização.
1987	Criação dos municípios de Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Santana e Tartarugalzinho.	Reorganização territorial do Amapá.
1988	Transformação dos Territórios Federais em Estados.	Reorganização administrativa nacional.
1991	Criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS.	Promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças e incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, Segundo a política de integração latino-americana.
1992	- Criação dos municípios de Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Cutias, Pracuúba, Porto Grande e Itaubal. - Regulamentação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana.	- Reorganização territorial do Amapá. - Organizar e regulamentar a ALCMS.
1994	Criação do município de Vitória do Jari.	Reorganização territorial do Amapá.
1997	A ICOMI encerra suas atividades no Amapá	Exaustão da reserva de manganês
1999	Instalação da CPI da ICOMI	Apuração do processo de desmonte da ICOMI
2000	A ICOMI responde pelo destino dos rejeitos de manganês contaminado por Arsênio	Reivindicação da sociedade amapaense pela reparo dos danos provocados pela ICOMI

FONTE: PORTO, Jadson Luís Rebelo, 1998, p. 93, com modificações realizadas pelo autor.

As relações sociais de trabalho na ICOMI

No campo institucional, a exploração do manganês foi legitimada pela concessão da lavra e beneficiamento à iniciativa privada⁸. A cláusula 50ª que encerra o contrato declara:

“Fica entendido que o objetivo principal do território, ao assinar o presente contrato, consiste na criação de condições tendentes a permitir o desenvolvimento dos recursos naturais do Território Federal do Amapá e que o objetivo principal da Empresa, ao assinar o referido contrato está em produzir minério de manganês de alto teor, por preço razoável, que lhe permita competir nos mercados mundiais. Assim sendo, o Território e a Empresa se obrigam, pelo presente instrumento, cada um de per si e em conjunto a cooperar efetivamente no sentido de realizar simultaneamente seus respectivos fins, convictos que estão de que nesta cooperação reside o ambiente comum necessário ao êxito de ambos os empreendimentos...”.

Ao Governo do Território Federal do Amapá (GTFA) cabia a formulação de políticas que visassem a minimizar os impactos socioeconômicos sobre a área de abrangência do projeto. A empresa ficou com a incumbência da produção econômica, com as responsabilidades sociais definidas no contrato e os encargos sociais ligados à força de trabalho.

Após a superação da fase contratual entre a ICOMI e o GTFA, teve início a fase de construção da infra-estrutura que iria instalar uma capacidade de produção e transporte de mil toneladas de manganês/ano. As principais obras que compõem o

⁸ Conforme Decreto nº 28.162 de 31 de maio de 1950, que dispõe no artigo 1º: “Fica o Governo do Território Federal do Amapá, autorizado a convencionar com a Indústria e Comércio de Minérios S.A. – ICOMI Sociedade Anônima, brasileira, anteriormente denominada Indústria e Comércio de Minérios LTDA., com sede em Belo Horizonte, a revisão do contrato para estudos de aproveitamento de jazidas de minério de manganês existentes na região do rio Amapari, no mesmo território, contrato esse celebrado em 6 de dezembro de 1947, na conformidade do Decreto nº 24.156 de 4 de dezembro de 1947, obedecidas as cláusulas e termos constantes na minuta aprovada pelo Conselho Nacional de Minas e Metalurgia....”.

complexo produção/transporte e moradias tiveram início e, praticamente também, foram concluídas na década de 1950.

Durante as décadas de 1940 e 1950, no TFA, os principais empregadores de mão-de-obra eram a ICOMI, suas empreiteiras e o governo. Trata-se de um período realmente marcado pela implantação do complexo administrativo do GTFA e da implantação do projeto de mineração, ocasião em que um significativo fluxo migratório foi registrado para o Amapá.

Segundo relatos de Castro & Acevedo Marin (1991), a observação da implantação dos Grandes Projetos Agropecuários e Minerais na Amazônia, na década de 70, demonstrou uma lógica específica quanto à formação da força de trabalho. Na verdade, um processo que não diferiu muito do ocorrido no projeto de mineração de manganês, implantado três décadas anteriores. Em função das obras exigirem um número reduzido de trabalhadores qualificados, a maioria era oriunda de outras regiões. No entanto, em razão da necessidade maior de trabalhadores não-qualificados, o projeto é suprido com mão-de-obra da própria região que, em sua maioria, ainda não havia trabalhado sob um regime assalariado. Desta forma, o testemunho da Sr^a Zenilde Leite, ex-funcionária da ICOMI, é pertinente:

“(...) eu comecei como servente na cozinha do hospital da ICOMI, na Serra do Navio. Aí, depois eu comecei a trabalhar no serviço de manutenção atendendo os pacientes. Passei para ajudante de cozinha, isso durante sete anos. Depois, começaram a dar um curso para as funcionárias e outras pessoas. Aí eu passei a fazer o curso pra atendente de enfermagem...”.

A este respeito, deve-se frisar a constatação de Costa (1990) e Almeida (1989) no que se refere à contratação dos trabalhadores do projeto de mineração de manganês, o qual utilizou mão-de-obra não qualificada, advinda de áreas circunvizinhas que viviam à época uma fase de desagregação da economia da borracha.

Dentre os primeiros trabalhadores que se empregaram na Empresa Folders Brothers Co., na condição de trabalhador braçal, muitos chegaram a relatar que o setor de recrutamento da ICOMI era o primeiro local onde procuravam emprego no Amapá. O principal motivo da opção por trabalho na mineração de manganês foi exatamente a ausência de maiores perspectivas nos locais onde eles desenvolviam algum tipo de atividade da agricultura familiar ou pequena garimpagem de ouro. Além do baixo índice de produtividade, nesses lugares não existia qualquer infra-estrutura: não existiam escolas, assistência médica e outros serviços públicos. Do mesmo modo, em função da falta de uma tradição do trabalho assalariado, vários trabalhadores procuravam o recrutamento da empresa sem nenhuma documentação e muitos deles não haviam completado ainda a idade mínima legal para trabalhar.

Brito (1994) é bem enfático quando trata da questão, relatando que, se de um lado, os trabalhadores sem qualificação eram arregimentados na própria região; os trabalhadores qualificados, tanto para a função que exigia qualificação escolar - engenheiros e técnicos de nível médio - quanto para chefe de execução de serviços, eram recrutados pela empresa em outros locais. Na primeira fase do projeto, a maior parte dos técnicos com nível superior vinha dos Estados Unidos; e os demais encarregados de turmas, de Minas Gerais, onde a ICOMI já desenvolvia atividade de mineração. Neste sentido, o Sr. Manoel Melo expõe seu pensamento: "(...)você sabe

que as pessoas baixas são menos favorecidas. E sempre as pessoas maiores são favorecidas. O pessoal que vinha de fora tinha sempre passagem para viajar pro Rio, Belém, etc. sem pagar nada". A grande diferença aqui diz respeito não somente à questão hierárquica, mas também às vantagens oferecidas aos trabalhadores qualificados para se deslocarem, quase sempre com a família, para uma região muito distante.

Quanto à maneira de arregimentar esta mão-de-obra, registros apontam diversas maneiras de divulgação de oferta de vagas, como no Jornal "*A Folha do Norte*", editado em Belém (PA), que anunciava empregos na ICOMI. Aliava-se também a esse fato a possibilidade de mudança em busca de melhores condições de vida, um fator considerado primordial para atrair a força de trabalho para o projeto.

Convém salientar que a fase de construção da infra-estrutura marcou também a formação de uma mão-de-obra bastante específica para se submeter a trabalho assalariado. Nos depoimentos dos primeiros trabalhadores, há referência sempre à questão da adaptação à nova condição de vida: antes, a organização do tempo de trabalho tinha o ritmo de sua necessidade e do momento em que era possível plantar, colher ou garimpar; o tempo de trabalho na ICOMI era organizado de acordo com outras determinações que não estas. Na realidade, a aceitação do trabalho assalariado definia, além de um espaço específico de realização de atividade, um tempo de trabalho bastante rígido e diferenciado do qual a maioria dos trabalhadores estava habituada a moldar suas ações; conforme se depreende do depoimento de um ex-mineiro, Sr. Francisco Rocha de Almeida, que trabalhou 30 anos na ICOMI: "*... entrava seis e meia e largava meio dia; pegava uma hora e largava seis e meia da tarde. Fazia isso todos os dias*". Destaca-se, também, o relato do Sr. José Melo Bahia:

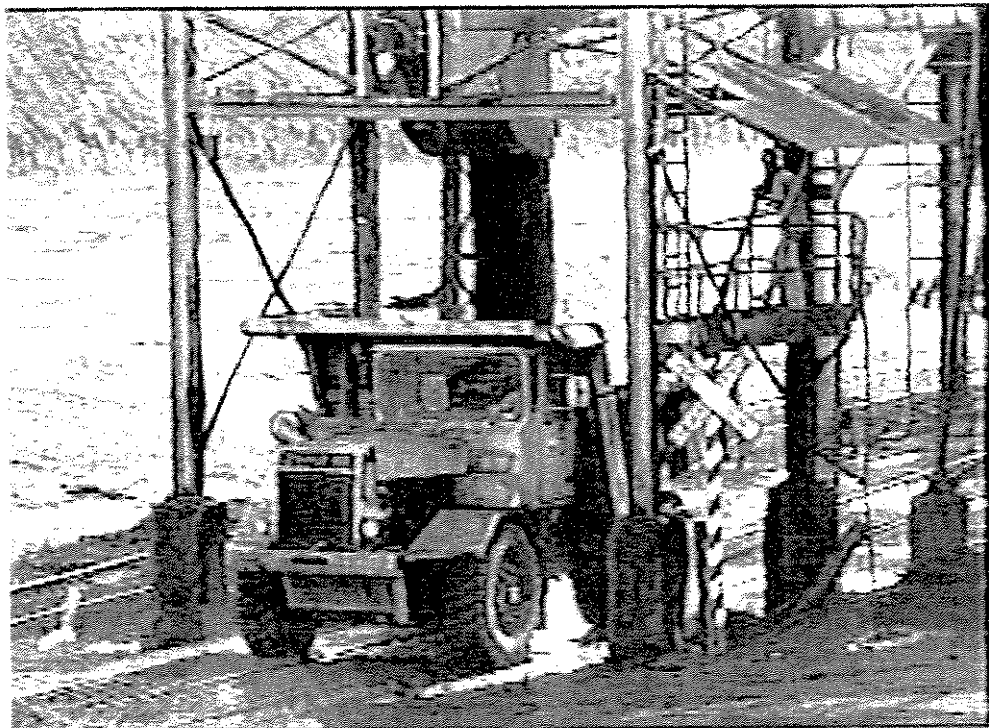
“(...) naquela época eu trabalhava lá, eu era muito jovem, trabalhava noite e dia. Eu cansei de largar o trabalho uma hora da manhã e quando era três horas da manhã estava de volta lá... A única coisa que me queixo da ICOMI é que eles nunca me deram uma hora de insalubridade.. Sou aposentado por invalidez na ICOMI”.

O tempo de trabalho era, agora, determinado por outros princípios, ou seja, exclusivamente pelos cálculos econômicos da empresa. Mesmo que pareça uma questão óbvia, este fator é fundamental para que se possa traçar um contexto avaliatório do processo de confrontação de duas lógicas produtivas que se organizaram sob princípios estruturadores diferentes.

Os trabalhadores da mina

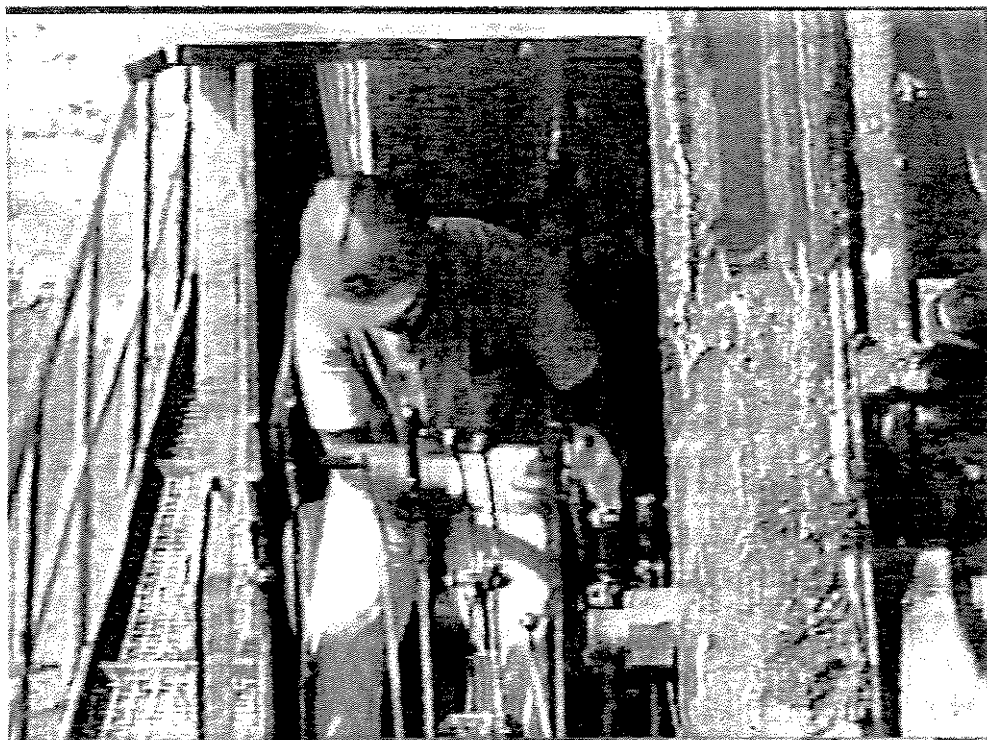
Brito (1994) destaca que os trabalhadores da mineração eram classificados tendo como referência a própria posição que ocupavam no processo de extração mineral. Em razão de sua atividade ser de manipulação direta do minério, o grupo se autoclassificava de mineiro, mas a categoria mineiro é uma referência de outras categorias, como operador de máquinas pesadas, operador do britador, (figuras 3 e 4), pois todos os que atuam na mineração, no transporte, e no beneficiamento de minério pertencem a este grupo.

Figura-3 – operador do britador



FONTE: Carlos Ernani A. Silva

Figura -4- operador de máquina pesada



FONTE: Carlos Ernani A. Silva

A classificação genérica, embora identifique o grupo de imediato, traz subjacente as várias classificações que faz o grupo se diferenciar dentro de uma mesma etapa da produção. E isto pode ser identificado pelo tipo de cooperação estabelecido ao longo do processo extração. Entre todas as etapas da produção, é na mineração que os trabalhadores se relacionam através de uma etapa mais complexa. Isto ficou evidenciado pela análise das falas, acentuando-se a importância da posição ocupada pelos dos membros do grupo e as diferenciações internas, no desenrolar do processo de produção.

A inserção dos trabalhadores na exploração da mina e no sistema de cooperação não exige de imediato um saber profissional, embora os depoimentos apontem várias estratégias dos trabalhadores para se tornarem operadores. Quase sempre eles se referem a uma trajetória ascendente na hierarquia do quadro funcional da empresa. Entre os mineiros, era freqüente entrarem na empresa como braçais, isto é, sem qualificação nenhuma e na maioria das vezes sem experiência de trabalho assalariado. E a única maneira de adquirirem o conhecimento profissional era no próprio cotidiano do serviço. Em seguida, o trabalhador tornava-se ajudante, Esta categoria era intermediária entre o braçal e o profissional, como se confirma através do depoimento do senhor Francisco Rocha de Almeida, que trabalhou na ICOMI, durante 30 anos, em Serra do Navio: *"(...)eu trabalhei no Departamento da mina, entrei como ajudante de mineiro e passei a mineiro. De lá me botaram no trator e depois passei como operador de equipamentos. Trabalhei em cima do trator por 22 anos só empurrando minério com o trator"*.

A condição de braçal é o posto mais baixo na classificação geral entre os trabalhadores. Em certas situações, confunde-se com a denominação ajudante. Mas a

concepção de classificação que os próprios trabalhadores elaboram tende a identificar como braçal aqueles que trabalhavam em tarefas como de roçador, trabalho de limpeza da área onde era extraído o manganês. E como ajudante aqueles que trabalhavam ao lado de um operador de equipamentos. A exposição do Sr. Manoel Melo, ex-trabalhador da ICOMI, refere-se ao assunto:

“(...) eu comecei como braçal, fui passando para braçal especial, depois para ajudante, operador de máquinas e encarregado. E como encarregado eu ganhava mais que os outros. Eu ganhava um bom salário. Mas, eu ganhava até bem quando eles me deram a periculosidade. Aí começaram a achar que eu ganhava muito bem e cortaram”.

A habilidade para operar as máquinas que processavam a extração de minério, adquirida através da observação diária no desenrolar da própria produção, era o ponto de partida para ascensão profissional. Isto aparece em muitos depoimentos com um certo ressentimento. No caso da demissão de algum operador profissional, a empresa escolhia imediatamente alguém com habilidade suficiente para substituí-lo dentro do seu próprio quadro de ajudantes. No entanto, neste processo de ascensão, vale ressaltar que o escolhido não tinha sua profissão de imediato registrada na carteira profissional. Ele continuava como ajudante por algum tempo antes de ser efetivamente promovido. E entre os que passaram por esta situação existe sempre algum tipo de interpretação de que durante este tempo houve uma exploração do seu trabalho.

A estratégia da empresa para maximizar a produção de mais-valia, utilizando meios como os descritos, de fato aparece com bastante frequência nos relatos dos trabalhadores mais velhos, da primeira geração. Mas, ao lado da subordinação mais ou

menos consciente, há também a esperança de vir a se tornar um operador - um sonho alimentado durante toda a trajetória do ajudante. Essa possibilidade de ascensão profissional atuou como o principal meio para a empresa formar seu quadro de trabalhadores de acordo com um sistema de premiação e punição. Isto também demonstra que o quadro de operadores era formado pela própria empresa, sem que fosse necessário qualquer investimento em treinamento.

Na formação deste quadro, insere-se um conjunto de ideologias elaboradas com a finalidade de forjar a legitimação da dominação da empresa sobre o processo de trabalho, tanto na organização do processo produtivo quanto na determinação do horário de trabalho, e, sobretudo, a formação de uma cultura do trabalho assalariado e suas regras básicas. Para isso, criou-se uma imagem, em que a oportunidade de ter uma profissão aparecia como uma espécie de favor, um prêmio concedido de forma individual àqueles que não questionavam e sabiam esperar a oportunidade, e que todos observavam como um exemplo a ser seguido.

Os trabalhadores da mina, principalmente os operadores, enquanto categoria, ao descreverem a trajetória profissional demonstram sempre uma certa fragilidade no que concerne à maneira pela qual eles adquiriram a profissão, um saber especial do qual depende sua habilidade. Frequentemente, explicam a ascensão no quadro da empresa pelo “esforço próprio”, a disciplina e a perspicácia. Mas isso, de um modo geral, evidencia-se quando fazem referência à categoria dos mecânicos. Estes quase sempre passavam por um aprendizado em escolas profissionalizantes e, no caso da ICOMI, em decorrência da especificidade dos equipamentos, a empresa ao longo das primeiras décadas de atividades desenvolveu uma estratégia de realizações de cursos de aprimoramento, atualização e formação. Em contrapartida, do lado dos

mineiros, não são poucos os que narram o aprendizado de manejar a máquina como sendo na “marra”, ou apenas observando. Há ainda outras maneiras, como por exemplo, aproveitando-se das oportunidades de operar o equipamento nos momentos em que ele passava pela manutenção, ou em intervalos de descanso do operador, mas sempre longe das vistas do encarregado. Por isto é comum um operador apontar um outro, mais antigo, a quem ele deve a oportunidade de ter aprendido a profissão.

Assim, pode-se observar as várias estratégias tanto da empresa para formar o quadro de trabalhadores profissionais quanto dos próprios trabalhadores para se tornarem operários qualificados. A ascensão à profissão, além de requerer uma experiência de alguns anos de observação, está atrelada ao conjunto da política de promoções na hierarquia da empresa. Desse modo, o operador, mesmo provando, através de teste, sua habilidade para ser promovido, ele interpretava que, na posição de qualificação, os mecânicos eram uma categoria em melhores condições, pois enquanto eles operavam os equipamentos, os mecânicos detiveram os segredos do funcionamento interior destes, e isso lhes dava um maior poder no momento de buscar melhorias tanto coletiva quanto individual. No entanto, do lado dos mineiros, eles sabiam que todas as funções existentes no quadro de trabalhadores da mina não lhes asseguravam um lugar absoluto. As relações eram bastante instáveis. Primeiro por ser a profissão relativamente fácil de aprender; segundo porque a demissão podia significar alguns anos de desemprego, pois as empresas que admitiam este tipo de profissional utilizavam a mesma estratégia da ICOMI para compor seus quadros de trabalhadores; e terceiro, a constante ameaça de possível ascensão de algum ajudante.

Do ponto de vista pragmático, o depoimento do Sr. Humberto Raimundo de Souza⁹, ex- mineiro da ICOMI, ilustra a dura realidade desta atividade: “(...) *eu trabalhei no setor de produção mineral, inclusive fui substituído, eu entrei no lugar do Job mineiro, era operador ‘A’ na época, (...) me sentia intoxicado, tive muito contato com a pulverização, com muito minério*”, dentre outras informações prestadas, ressalta-se a de que a ICOMI parou de fornecer leite aos trabalhadores das minas que necessitavam diariamente deste alimento em função da natureza do trabalho que exerciam, cuja jornada de trabalho era de doze (12) horas direto, sem qualquer descanso.

Hoje, além da deficiência visual, o ex-mineiro tem deficiências motoras e apresenta problemas no pulmão. Na época de sua aposentadoria, chegou a ser internado por apresentar problemas de alucinações, delírios e esquecimentos súbitos. Exames médicos constataram que ficou estéril aos 36 anos.

No âmbito da CPI, o caso relatado era clássico de contaminação por minério, apresentando todos os sintomas descritos na literatura médica. Muitos outros mineiros que trabalhavam na ICOMI, atualmente apresentam Mal de Parkinson. A toxicidade causada pelo manganês ocorre exclusivamente em minérios que tenham sido expostos a aerossóis de dióxidos de manganês por períodos prolongados. As manifestações, conhecidas como loucura mangânica, limitam-se ao sistema nervoso central. O manganês concentra-se primariamente nos gânglios basais e no cerebelo, provocando rigidez corporal, sobretudo, dificuldade de andar. Outras manifestações incluem comportamento compulsivo (incluindo cantar, dançar e correr), risos explosivos e involuntários, cefaléia, fraqueza muscular, tremores, distonias, hipotonia, retropulsão

⁹ Uma das testemunhas ouvidas pela CPI da ICOMI, cego desde os 36 anos, quando se aposentou por invalidez. O depoente atribui sua doença ao trabalho exaustivo da mina, onde trabalhava no setor de dinamitação e perfuração.

e propulsão, demência, distúrbios da fala, irritabilidade, hipersonia e defeitos da memória. Em alguns casos, uma psicose pode ser a característica dominante. Não há nenhuma terapia efetiva. Após a remoção da exposição ao manganês ou após as tentativas de reduzir a carga corporal desse elemento pelo tratamento com versenato cálcico ou L-dopa, as aberrações mentais geralmente melhoram, mas as anormalidades neurológicas persistem. (ver depoimento na fita de vídeo, em anexo, como complementação à presente dissertação).

CAPÍTULO 3

OS TRABALHADORES PÓS-ICOMI

Reestruturação produtiva e trabalho

O avanço da mecanização e da computação nas empresas, especialmente nas últimas décadas do século XX, tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos, gerou o medo do desemprego e um setor informal inchado num contexto econômico cada vez mais globalizado e competitivo. Agrava-se, assim, a questão capital *versus* trabalho. Segundo Ferretti (1997: 83), o trabalho é “o processo através do qual o homem produz as coisas necessárias a sua existência (...) através da transformação da natureza”. No entanto, o próprio Ferreti reconhece tratar-se de uma conceitualidade muito genérica. É preciso levar em conta que o trabalho engendra a vida social e, ao mesmo tempo, é por ela determinado. Nesse cenário, os homens, para transformarem a natureza em seu benefício, constituíram, ao mesmo tempo, formas de relacionamento com outros homens. É ainda Ferreti (1997:84) quem elucida esta situação:

“Essa primeira determinação mostra que os homens estabelecem entre si, para poderem trabalhar e enquanto trabalham (como trabalhadores), relações que podem ser chamadas *relações de produção* (ou também, *relações sociais de produção*). Mas ela é ainda insuficiente, porque também não permite distinguir entre diferentes tipos de trabalho, sob diferentes condições históricas (só permite distinguir entre o trabalho completamente isolado como, por exemplo, o do naufrágio só em uma ilha, e o de outros homens que não estão sós”.

As colocações do autor apontam para considerar que tanto as relações estritamente profissionais quanto as que não o são diretamente acabam contribuindo para a produção. Portanto, as relações de produção são constituídas pelo conjunto de relações que se estabelecem entre os homens numa sociedade determinada, no processo de produção das condições materiais de sua existência.

O processo de trabalho é fator último constituinte de toda uma mudança tecnológica, no instante em que o homem realiza uma ação consciente de intercâmbio com a natureza mediante o trabalho. É frente à conexão entre concepção e execução de um trabalho que a tarefa pode dividir-se e a atividade concebida por um indivíduo pode ser materializada por outro. É nesta ruptura interior do processo de trabalho que a exploração se fundamenta, permitindo a certos homens a ação de planejar, ordenar e usufruir da tarefa executada por outros. Tal fragmentação, no bojo de uma conjuntura essencialmente capitalista, acaba por gerar um controle patronal sobre o processo de trabalho, resultando na nítida separação entre propriedade e produto fabricado, na sustentação de um processo de valorização. Deste modo, é na contratação da força de trabalho que o capitalista se apropria de maneira simultânea do produto acabado e da forma como será elaborado. Trata-se de uma dupla exploração do trabalhador que, despossuído de uma parte da remuneração do seu trabalho e do domínio da atividade que realiza durante a jornada de trabalho, insere-se nas “cláusulas” naturais resultantes de um contrato estabelecido entre o “fator trabalho” e o “fator capital”, destaque especial da visão neoclassista.

Karl Marx enfatizava o controle patronal como oriundo e concomitante com a submissão formal do proletariado burguês, surgido com a formação do mercado de trabalho, com a transformação da força de trabalho em mercadoria, com a

monopolização dos meios de produção e com a concentração do poder de coerção da sociedade nas mãos dos grandes industriais. Em verdade, a especificidade característica do controle patronal surgiu de maneira clara com o taylorismo nos Estados Unidos, no início do século XX, quando o poder dos artesãos em seus locais de trabalho havia se convertido, àquela época, em um obstáculo à valorização do capital, haja vista que os trabalhadores qualificados eram detentores do controle integral de suas tarefas e gozavam de plena autonomia no tempo e na forma da produção.

O taylorismo surgiu exatamente com a finalidade última de quebrar esse domínio artesanal e submeter todo o processo de fabricação à autoridade indiscutível dos patrões. Frente a uma standardização forçada e a uma direção minuciosa, os capatazes impuseram a nova modalidade de trabalho repetitivo e designaram tarefas segundo as ordens patronais. Não se trata, por certo, de uma simples inovação administrativa para a melhoria da organização do trabalho, mas sim a própria essência da gerência moderna, já que desenvolveu a tendência capitalista e apropriou-se do controle no processo de trabalho. Neste contexto, a Organização Científica do Trabalho (OCT) desenvolveu-se inicialmente nas indústrias metalúrgica e automobilística, onde o peso das capacidades artesanais era maior. Foi com Taylor que se produziu a organização parcelada e cronometrada do processo de trabalho. A OCT provocou mudanças significativas nas condições de trabalho, enquanto que os estudiosos do trabalho posteriores analisaram o grau de “satisfação” ou “insatisfação” individual que gerava tal transformação. Taylor, na verdade, não realizava pesquisas para detectar os sentimentos entre os operários, embora tenha atuado diretamente sobre o processo de trabalho para debilitar o operário frente ao patrão. Promoveu, por

certo, uma verdadeira amputação do acervo de conhecimentos empíricos em poder dos trabalhadores, o que desencadeou profundas reações destes, tidas como uma das batalhas sociais mais importantes do século, já que as grandes greves e rebeliões antitayloristas foram a base da grande sindicalização norte-americana entre 1990-1920.

O taylorismo levou ao limite o caráter mercantil da força de trabalho, ao pretender que, em troca do salário, o operário se transformasse numa prolongação da máquina. Tal situação verificou-se na ICOMI, em conformidade com a informação prestada pela sr^a Zenilde Leite: “(...) *eu engravidei, por isso me mandaram embora, a ICOMI não admitia mãe solteira, sorte dos homens que não engravidam. Os meus vinte anos da ICOMI (...) eu acho que foi eu que acabei com esse tabu, porque eu botei na justiça...*”. Da mesma forma, o Sr. Humberto de Souza relata: “(...) *eu trabalho dez anos no explosivo, e depois me aposento como louco (...) hoje eu me encontro nesse estado, ganhando R\$ 368,00 (Trezentos e Sessenta e Oito Reais), isso porque eu já fui no INSS, já briguei, briguei...*”. Na verdade, desde o início, o taylorismo enfrentou a contradição de buscar reduzir a simples gasto fisiológico uma atividade como o trabalho que, por sua natureza humana e consciente, resiste à degradação.

Registra-se que a oposição dos trabalhadores ao trabalho cronometrado constituiu a manifestação mais direta desse fenômeno e demonstrou, antecipadamente, a inaplicabilidade da OCT nos moldes concebidos por Taylor, embora a inviabilidade intrínseca do taylorismo em termos absolutos não tenha implicado na sua eliminação, considerando o fato dos capitalistas não poderem renunciar ao reforço de seu controle sobre o processo de trabalho, se realmente desejam valorizar seu capital.

Face aos obstáculos políticos, técnicos e econômicos criados na produção pelo taylorismo, generalizou-se a elucidação do fato de que a OCT seria definitivamente oposta à melhoria da produtividade na economia contemporânea. A geração de mais-valia aumentava não simplesmente em função do número de máquinas atendidas pelo trabalhador, mas também pela multiplicidade de operações realizadas. A atenção requerida e o desgaste físico-psíquico da força de trabalho guardam uma relação direta com a variedade de tarefas. O chamado “taylorismo informático” é responsável também por novos tipos de doenças visuais, de postura e psicológicas, em substituição às patologias físicas tradicionais. O computador estabelece o ritmo e a velocidade do trabalho e, a cada novo movimento, avoluma-se a ruptura entre a concepção e a realização das tarefas: o operador converte-se em receptor passivo; o programador é anulado pela estandardização de códigos e linguagens; o analista passa a manejar arquivos de dados em lugar de uma ação criativa. São novas gerações de conjuntos de máquinas, incrementadoras desta desproporção registrada entre o volume de conhecimentos desenvolvidos e seu acesso ao trabalhador.

Ao que se chama pós-taylorismo, observa-se o aparecimento de formas diversas. No exato pós-guerra, o “gerenciamento científico” teria sido superado pelo fordismo, uma combinação de produção em série e consumo massivo. Tratam-se de traços, vinculados à intervenção do “Estado benfeitor”, que teriam cedido lugar aos “regimes de acumulação” da etapa pré-informática. Posteriormente, teriam surgido o toyotismo, em algumas economias avançadas; o neo-taylorismo, em países atrasados; e o pós-fordismo, em nações de grande desenvolvimento. No sistema de pós-

fordismo, os pilares constituíram a desconcentração e a individualização do trabalho, estratificações sociais diferentes, com novos padrões de consumo.

É imperioso destacar que as transformações que ocorreram no mundo do trabalho acentuaram-se exatamente a partir dos anos 70, quando entrou em crise o modelo taylorista-fordista de produção e começaram a se delinear os contornos de um novo modelo de produção, o chamado paradigma de produção flexível.

No modelo taylorista-fordista de produção, a enorme parcela dos trabalhadores, dedicados à execução, não necessita, para o eficiente desempenho de suas respectivas tarefas, de qualquer conhecimento que extrapole a rotina dos atos para os quais estão sendo treinados.

O novo modelo de produção é expressão da revolução técnico-científica. A eficiência da produção de bens e serviços passa a ser condicionada ao domínio dos conhecimentos técnicos e científicos que sustentam os processos de trabalho.

As transformações no campo da tecnologia e nos processos de trabalho vêm trazendo radicais reorganizações na dinâmica social. Modificam-se as normas de consumo e, paralelamente, as formas de concorrência. As empresas passam a buscar, ininterruptamente, novos padrões produtivos em decorrência da necessidade de inserção competitiva num mercado extremamente heterogêneo, onde qualidade e produtividade são fatores de competitividade.

A produção flexível, ao reunificar tarefas – antes parceladas – numa única máquina, convive com o enfraquecimento da divisão técnica do trabalho. A base científica comum dos equipamentos utilizados é um “instrumento” de trabalho que, como tal, deve ser acessível ao trabalhador. Constata-se, nesse sentido, a necessidade da fusão teoria e prática, inexistente no paradigma anterior.

Precisamente, esta capacidade de generalização requerida do trabalhador é, ela mesma, condição e garantia de produtividade.

A atual revolução tecnológica, distintamente da Primeira Revolução Industrial, que teve o mérito de substituir a força física do homem pela energia mecânica, caracteriza-se por ampliar a capacidade intelectual humana na produção. A nova forma de reorganização exige do trabalhador qualidades de natureza operacional e conceitual. São requisitos do novo profissional características tais como: capacidade de raciocínio abstrato, de autogerenciamento, de assimilação de novas informações; compreensão das bases gerais, científico-técnicas, sociais e econômicas da produção em seu conjunto; aquisição de habilidades de natureza conceitual e operacional; domínio das atividades específicas e conexas; flexibilidade intelectual no trato das situações cambiantes.

Importa também ressaltar a especificidade da incorporação do novo modelo e produção flexível na realidade atual. A introdução, assimilação e disseminação de tecnologias inovadoras não se dão de forma homogênea, em razão do caráter diferenciado do desenvolvimento econômico que inviabiliza a adoção das tecnologias por parte de muitas empresas ou, mesmo, admite esta adoção sem as adequadas mudanças na organização do trabalho.

Atualmente, pois, não podem e não devem mais as empresas perder de vista os paradigmas no contexto econômico, em especial o brasileiro, devendo, contudo, assumir uma visão prospectiva, com base na constatação de uma tendência que é mundial: a incorporação das tecnologias inovadoras, o estímulo à flexibilização da produção e a integração entre os setores. Hoje, novos processos de produção emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são substituídos pela

flexibilização da produção, pela especialização flexível, por novos padrões de busca de produtividade e por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. Novas modalidades de desconcentração industrial são ensaiadas. Buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ's), a "gestão participativa", a busca da qualidade total, são expressões visíveis em vários países de capitalismo avançado e do terceiro mundo industrializado. O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista, antes dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Diminui-se ou mesmo mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa; pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade contemporânea; pelo sistema produtor de mercadorias. Considera-se, assim, menos do que um modelo de organização societal, que abrangeria igualmente esferas ampliadas da sociedade, o fordismo compreendido como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista, ao longo do século XX.

O resultado conjunto dessas mudanças em alguns países, como o Brasil, por exemplo, dependente das maciças entradas de capital externo, tem sido a elevação do desemprego e do subemprego em todas as suas formas e o agravamento da exclusão social, obrigando os trabalhadores a procurarem novos lugares na divisão social do trabalho, como conclui-se das informações prestadas pelo Sr. José de Melo Bahia, ex-funcionário da ICOMI:

"(...) trabalhei a primeira vez na Serra do Navio como mecânico de autos. Trabalhei por pouco tempo, nessa época eu era solteiro... Aí eu passei uma temporada fora e voltei de novo. E nessa minha Segunda volta é que eu passei vinte

anos, mais ou menos, lá dentro... mas na usina mesmo trabalhei uns doze anos. Com o fechamento da usina, eu voltei pra oficina mecânica...Sou aposentado por invalidez na ICOMI”.

O sentido do trabalho: exploração e degradação social

A implantação do projeto de mineração também significou o início da formação de uma nova organização social na área de alcance do projeto. Com a adoção de relações de trabalho mais complexas, a origem da estrutura produtiva posicionou-se ao lado da estrutura tradicional de produção e com o decorrer do tempo, o projeto foi aos poucos se desagregando. Veja-se, a propósito, o testemunho de Gallazi:

“(...) o período de 75 e 76 ainda estava vigorando a fase ‘luxenta’ da ICOMI, depois em 81 e 82 já estava iniciando a decadência. Era evidente isso. No momento em que o lucro garantido pelo manganês começou a diminuir por vários problemas nacionais e internacionais, aconteceram os primeiros cortes a pactos sociais. Tive momentos em que o atendimento no hospital da ICOMI era de primeira, depois começou a ser só ‘AAS’, coisinhas assim, exatamente. Os cortes eram nesse sentido e foi evidente isso”.

O que se tem, de fato, é que o processo de introdução de uma outra ordem social, econômica e política, desencadeada pelo projeto de mineração de manganês no Amapá, tem como característica principal a organização racional da produção em larga escala. As relações sociais norteadas pelo capital e pelo trabalho também definiram novas relações de trabalho, mesmo que este processo não tenha tomado de imediato

o conjunto da sociedade produtiva. Dessa maneira, a estrutura da moderna sociedade industrial alcançava também a Amazônia, não somente com as fábricas que promoveram a serialização da produção de bens para consumo de massa, mas pela mineração, que é o primeiro ponto do movimento na produção da siderurgia mundial. Pela via do fornecimento da matéria-prima, a região começou a se integrar à divisão internacional do trabalho e às suas relações sociais de produção.

A mineração de manganês do Amapá, embora com a função limitada de produzir matéria-prima para a indústria, também adotou princípios fundamentais da produção industrial. Isto é verificado a partir da concepção e da implantação do projeto, haja vista que, deste momento em diante, a empresa concessionária e suas associadas desenvolveram uma estratégia para implantar uma estrutura de produção, com base em relações sociais de produção, que tem no assalariamento da força de trabalho e no investimento em meios de produção os principais fatores que, reunidos, garantem o processo de produção, ou seja, depois da combinação desses elementos atuarem sobre a natureza como objeto de produção.

Vale lembrar que Karl Marx, muitas vezes com a colaboração de Engels, utilizou como sinônimos a noção de proletariado, classe trabalhadora e assalariados, enfatizando, muitas vezes, que o proletariado era essencialmente constituído pelos produtores da mais-valia, que vivenciavam as condições dadas pela subsunção real do trabalho ao capital. A narração dos ex-funcionários da ICOMI, a seguir, é bastante conveniente neste aspecto:

Sr^a Zenilde Leite: "(...) eu me peguei com o sindicato, eu tava recebendo uma miséria, na época não dava pra comprar duas latas de leite pra minha filha (...) eu tava

ganhando muito pouco e era arrimo de família (...) só saí quando me aposentei, eu dou graças a Deus”.

Neste contexto, também refere-se a narrativa do Sr. José Bahia:

“(...) o problema na coluna, de pele, micose, respiração foi consequência da ICOMI, porque dentro da usina de pelletização o trabalho era sacrificado... na área de forno tinha o setor de alimentador de rodas. Aquilo era um gás tremendo, apesar de todo o equipamento, máscara, óculos, tudo, não dava pra fazer o serviço porque embaçava tudo, devido a quentura, o calor e a poeira”.

Sobre a questão salarial ele ressalta:

“(...) a ICOMI era uma companhia que sempre pagou bem aqui no estado, era a que melhor pagava os seus funcionários (...) na ICOMI eu me queixo de uma coisa: ela nunca me pagou insalubridade. A gente cobrava, mas ...”.

Da mesma forma, em relação ao Sr. Manoel Melo:

“(...) Se até hoje eu ouvir alguém falar mal da ICOMI, eu acho ruim. Na ICOMI tinha todos os direitos, tudo”. Em outro momento frisa: ” (...) Inclusive eu passei um ano com essa ferida (cotovelo esquerdo – Leishmaniose) que adquiri lá trabalhando (...) aquilo tava comendo todo o meu braço. A empresa nunca me afastou, ela me dava remédio, curativo, mas nunca fui afastado, todo tempo trabalhando (...) tinham tirado a periculosidade (...) não voltaram a me pagar nada”.

Referenciando Marx, tem-se que a noção ampliada de classe trabalhadora inclui todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salários, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural que vende sua força de trabalho para o capital.

O passo inicial dado pela ICOMI na formação de um grupo de trabalhadores foi no sentido de estruturar uma nova maneira de organizar a mão-de-obra, tanto no processo produtivo quanto na criação de uma condição de vida diferente para esses trabalhadores. Sem desqualificar o conflito subjacente às relações de trabalho assalariado, a empresa instalou um sistema produtivo e de moradia, valendo-se de modernas técnicas de administração voltadas para a ampliação da valorização do capital. Foram imprimidas, assim, mudanças nas relações de trabalho, na formação do grupo de operários e no processo de produção.

Fica claro, pois, que os princípios que nortearam a concepção do projeto de mineração caminharam no sentido de criar definitivamente relações de trabalho assalariado. Existia, assim, uma incorporação de elementos da administração mais moderna da indústria capitalista, onde estava presente um sistema de dominação sobre todo o conjunto de trabalhadores e onde, acima de tudo, era levada em consideração a liberdade formal do contrato de trabalho. Assim, a ICOMI não apenas implantou um projeto de mineração, mas iniciou um processo de mudanças na organização da produção e nas relações de trabalho. Considerando este ponto de vista, destaca Brito (1994) que a primeira experiência eminentemente capitalista na Amazônia fugiu a um padrão básico da exploração da mão-de-obra em áreas de relações de trabalho tradicionais.

O sentido da relação social não se fundamenta apenas na utilização da mão-de-obra, mas na criação de uma estrutura capitalista de produção, absorvendo os elementos que norteiam a estrutura da sociedade moderna, o que significa que neste projeto a principal característica é uma sociedade regida por uma outra lógica. No entanto, do ponto de vista conceitual, é um pouco difícil caracterizar o empreendimento como enclave fordista, haja vista que este conceito expressaria uma certa incongruência porque os fatores principais de uma sociedade regulada pela produção e consumo em massa não faziam sentido em um projeto tão restrito. Mas, segundo Lipietz (1983), se existir uma materialização do regime de acumulação, sob a forma de normas, costumes e leis, ou seja, mecanismos reguladores que assegurassem, através da rotina do comportamento dos agentes em luta contra os outros, a unidade do processo e o respeito aproximativo do esquema de reprodução, teria-se uma sociedade de organização fordista. A observação das condições sociais nas quais estavam enquadrados os agentes sociais da produção, no caso específico do projeto de mineração ICOMI, deixa clara a intenção de incorporar fatores que, do ponto de vista das relações de produção, não somente se diferenciavam da sociedade não capitalista, mas também do capitalismo do século XIX.

Bem se vê que o surgimento do fordismo na passagem para o século XX, nos Estados Unidos, nada mais foi do que uma derivação imanente de organizar uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que assinalavam a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática. No projeto de mineração do manganês, alguns fatos demonstram a tentativa de se criar uma nova estrutura com base em elementos de uma sociedade fordista. Registrou-se a implementação de um conjunto de medidas

estritamente sociais para garantir um mínimo de bem-estar. No entanto, tal como acontece nas sociedades em que o fordismo se desenvolve, na mineração amapaense também se instituiu uma série de medidas de assistência aos trabalhadores - apenas com a diferença de que as políticas sociais e os programas de assistência ao trabalhador são desenvolvidos em grande parte diretamente pelo Estado. Na mineração do manganês, todas as medidas eram tomadas pela empresa: sistema de saúde, previdência social, etc. Na realidade, o sentido das relações sociais de produção desencadeadas por um empreendimento como o projeto ICOMI, não poderia ser visto simplesmente do ponto de vista da racionalidade industrial, um espaço economicamente específico, mas de um espaço que tenta se apresentar, em meio às estruturas tradicionais, exatamente como um modelo-chave de racionalidade industrial.

A contaminação por arsênio

O arsênio é encontrado na crosta terrestre, embora uma considerável quantidade seja adicionada à biosfera através do uso de inseticidas no combate às pragas na agricultura, queima de carvão, veneno de rato, pigmentos de tintas, papel de parede, papel pega mosca, aditivos de vinhos, etc. Também encontra-se presente nas minerações de ouro, manganês, nas emissões de fábricas de cobre, chumbo e zinco. Nestes casos, 97% do arsênio produzido é usado na forma de trióxido de arsênio, em preservativos de madeira usados em madeiras, etc.

Com o crescente nível de poluição ambiental, muitos órgãos têm reconhecido a importância de detectar elementos causadores de problemas à saúde dos trabalhadores, em especial àqueles que trabalham em áreas de garimpo. A

sensibilidade do sistema orgânico atacado pelo metal e o grau de interferência na atividade celular causada pela complexa proteína-metal determinam os efeitos clínicos e seu desenvolvimento. Geralmente, o sistema digestivo mostra-se envolvido no processo de intoxicação devido à sua participação na absorção: o fígado é afetado por sua função como filtro do corpo e desintoxicante, além do rim. Parte do elemento introduzido no organismo é eliminado, principalmente, pelas fezes e urina, bem como por outras vias secundárias, tais como: cabelos, unhas e suor.

Os trabalhadores que lidam com produtos à base de arsênio, em geral, não são orientados quanto à alta toxicidade e aos efeitos deste produto no organismo humano. A falta de fiscalização e o desconhecimento são responsáveis por possíveis contaminações existentes nestes locais. Por exemplo, o senhor José de Melo Bahia, ex-trabalhador da usina de pelletização, durante doze anos, informa que a empresa não explicava sobre os riscos de manuseio do Arsênio, como se verifica a seguir:

“(...) não. Ela não explicava não. Vou te ser sincero, não. Pelo seguinte, usina de pelletização tinha muita química, e lá corria um risco muito sério, a gente. Até hoje eu tenho umas manchas aqui nas costas. É uma micose, um troço chato. Isso é consequência de lá da usina de pelletização. Pediram o nosso cabelo para fazer análise, mas nunca explicaram o que a gente tinha de doença.”

Convém destacar que a ICOMI promoveu um processo de terceirização das atividades desenvolvidas na usina de pelletização, em Santana, embora se tratasse de atividade de risco ambiental e humano. Para o entrevistado, Alessandro Gallazi, a Empresa era ciente destes riscos:

“(...) eu conversei, inclusive, com geólogos que foram do quadro da ICOMI, que agora estão em Belo Horizonte. Qualquer geólogo mínimo sabe. Nós temos um documento interessante de 1950, antes da ICOMI iniciar suas atividades, que é um boletim grande do DNPM onde se estuda o manganês da Serra do Navio, e tem um capítulo todo específico sobre o arsênico do manganês na Serra do Navio, inclusive, dizendo que a presença do arsênico no manganês o faz muito útil do ponto de vista comercial, o que o torna mais resistente a corrosão, fazendo, por exemplo, este manganês produzir um tipo de aço próprio para navios que resistiria mais eficientemente à corrosão marinha, águas salgadas, etc. e fala justamente dos percentuais altíssimos da presença do arsênico no manganês da Serra do Navio, e termina dizendo que tudo isso seria fundamental caso não tenha a volatilização do arsênico. E a volatilização chega só dessa maneira. E desde 50 se falava disso...”

Por toda a região Amazônica, existem empresas extraindo e beneficiando minérios que possuem arsênio em sua composição. No entanto, há uma total falta de planejamento quanto à destinação desse rejeito, sendo, muitas vezes, abandonado em locais impróprios, até a céu aberto, onde os efeitos do clima se encarregam de disseminá-lo no solo e no lençol freático, contaminando-os. Pessoas que residem próximo a estas áreas também estão sujeitas a vários problemas de saúde. Ressalta-se que a recuperação destas áreas degradadas é, muitas vezes, impossível.

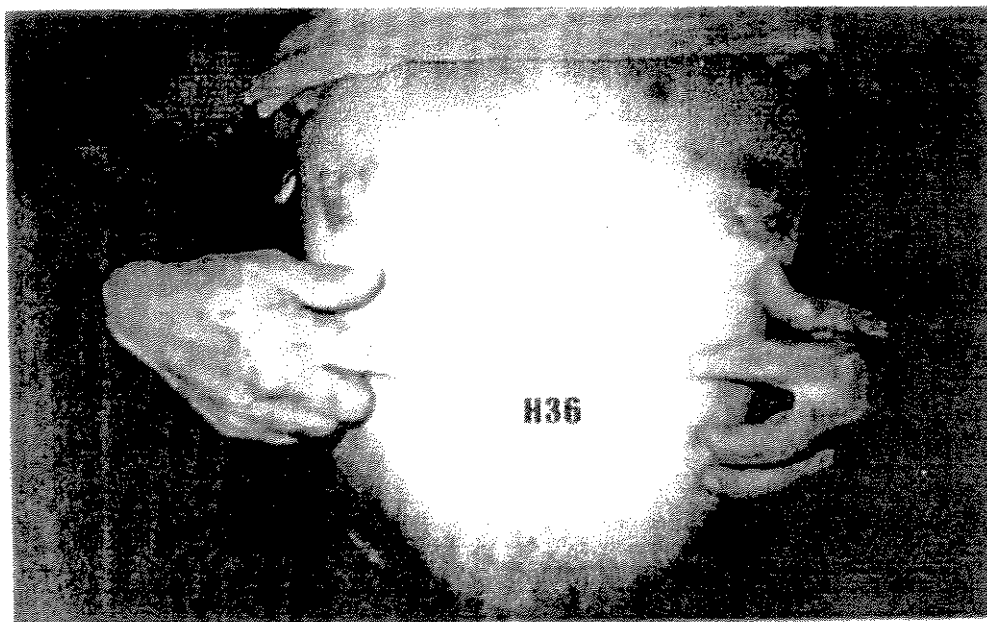
A toxicidade do arsênio e seus efeitos sobre organismos vivos são conhecidos desde a Antiguidade. Altas doses de arsênio causam envenenamento agudo, e em alguns casos, pode levar ao óbito. Exposições crônicas são causas de doenças de

pele, câncer, desordens nervosas, problemas respiratórios, doença do pé negro e outros efeitos nocivos ao organismo humano (figuras, 5,6,7,8, e gráfico 1).

Os compostos inorgânicos de arsênio são carcinogênicos, mas seus compostos orgânicos são considerados não-carcinogênicos. Deste modo, bactérias e plantas agem como desintoxicantes do arsênio. No homem, os compostos inorgânicos acumulam-se e são eliminados, principalmente pelo cabelo; ao passo que o orgânico, é eliminado mais rapidamente pela urina.

FIGURA 5 – Antônio Melo Nunes.

2,290 (ppm) classificação segundo Heyman - Tendência a contaminação por arsênio.



FONTE: Laboratório de Química Analítica e Ambiental - LAQUANAM/ UFPA, 2000

FIGURA 6 – Antônio Alves de Jesus

2,342 (ppm) classificação segundo Heyman - Tendência a contaminação crônica por arsênio.



FONTE: Laboratório de Química Analítica e Ambiental - LAQUANAM/ UFPA, 2000

FIGURA 7 – Elienai Cordeiro da Silva

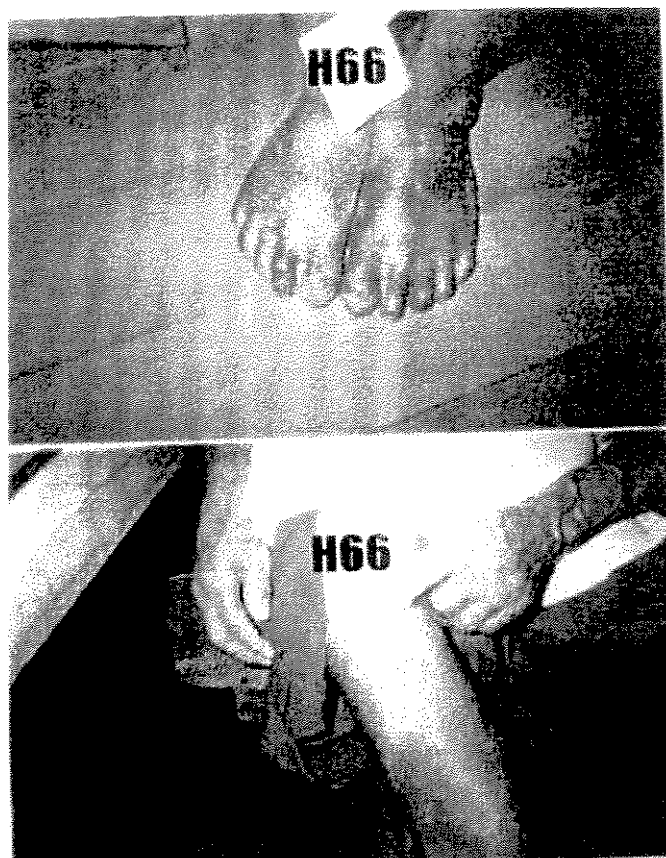
8,861 (ppm) classificação segundo Heyman - Tendência a contaminação crônica por arsênio.



FONTE: Laboratório de Química Analítica e Ambiental - LAQUANAM/ UFPA, 2000

FIGURA 8 – Eloia Ferreira da Silva

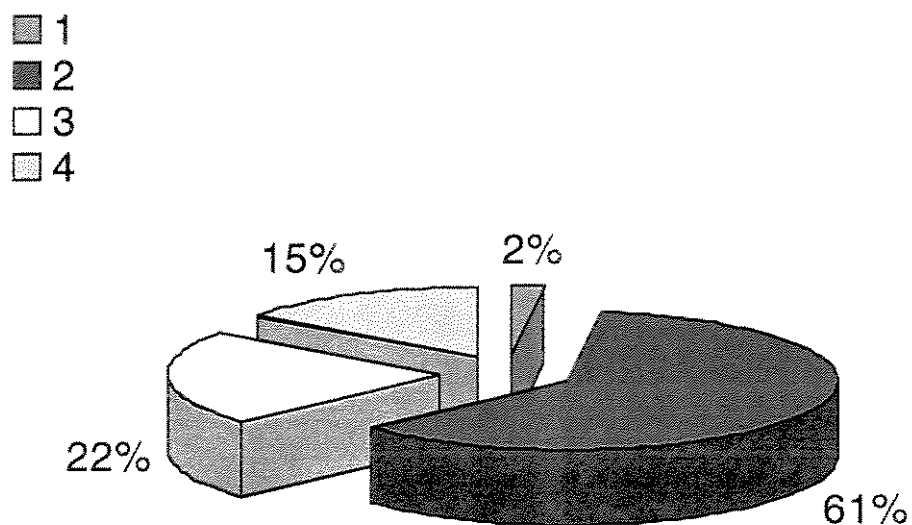
16,187 (ppm) classificação segundo Heyman - Tendência a contaminação aguda por arsênio.



FONTE: Laboratório de Química Analítica e Ambiental - LAQUANAM/ UFPA, 2000

PORCENTAGEM DE CONTAMINAÇÃO DE ARSENIO DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS

Gráfico 1 – 98% das pessoas examinadas apresentaram índices acima do limite recomendado pela OMS.



FONTE: Laboratório de Química Analítica e Ambiental - LAQUANAM/ UFPA, 2000

A manifestação da sociedade amapaense

O fim do projeto ICOMI representou um caos social, econômico e ambiental para o povo amapaense. Comprometendo totalmente a qualidade de vida dos moradores de Serra do Navio e Santana, municípios onde a empresa atuou. O testemunho de Gallazi ilustra, muito bem, a situação exposta:

“(...) no momento que a ICOMI caiu, todo mundo tá aí agora sem saber qual alternativa encontrar. O retorno a nível estadual e social foi mínimo (...) se formos analisar a relação custo e benefício do empreendimento ICOMI em relação ao Estado e a sua realidade social, eu acho que estamos bem a quem do que poderíamos estar esperando. Se você pensa que nós tínhamos no Estado uma das maiores jazidas de manganês do mundo, e agora temos um mega buraco e 80% da população ainda vive com menos de dois salários mínimos no Estado, e que aquela riqueza está acumulada nos pátios de Detroit, de Estocolmo e Milão, mas aqui só sobrou o manganês das pedrinhas de lembrança.”

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) - instalada em abril de 1999 para apurar o projeto de desmonte da ICOMI, foi formada pelos Deputados Estaduais Manoel Brasil, Randolfe Rodrigues, Jorge Amanajás, Alexandre Barcellos e Judith Medeiros - objetivava fazer com que a empresa fosse responsabilizada e pagasse pelos danos que cometeu, seja ao meio ambiente, seja à saúde da população e ao próprio estado do Amapá.

A ICOMI não reflorestou, nem vinte por cento (20%) da área que foi desmatada em virtude da exploração mineral, no município de Serra do Navio. Esta foi

uma constatação feita CPI. Os parlamentares que formavam a comissão puderam constatar que a empresa não vinha cumprindo o que estabelecia o contrato, pois a recuperação ambiental verificada nas jazidas de manganês era mínima em comparação aos graves danos ambientais provocados pela exploração de minérios (figura 9).



Figura 9 – área da Serra do Navio devastada

FONTE: Carlos Ernani A. Silva

Outro fato relevante detectado pela CPI foi a contaminação, por resíduos ricos em arsênio, manganês, selênio e carbonato, no rio Amapari. Tais resíduos são provenientes das bacias de decantação e do fenômeno conhecido como “vossorocas”, que ocorre em decorrência das fortes chuvas que assolam a região. De acordo com informações fornecidas pelo engenheiro sanitário Clélio Monteiro, que assessorou a Comissão, a vida aquática existente no rio Amapari está seriamente comprometida na parte abaixo do projeto da ICOMI, inexistindo peixes originários daquele ecossistema em virtude da contaminação.

Na verdade, o rio Amapari vem sofrendo um assoreamento muito grande, ou seja, uma diminuição de sua profundidade, uma vez que os resíduos sem tratamento primário, procedente das drenagens que se interligam à bacia de decantação, onde estão alojados os materiais contaminados, deságuam direto no rio Amapari, durante duas décadas de operação da ICOMI.

Também foi constatado que a ICOMI contratou uma empresa sem qualquer capacidade técnica para tratar e distribuir a água que abastece a Serra do Navio. Esta água é tratada por uma pessoa leiga que não possui qualquer habilitação para realizar tal trabalho. Inexiste controle de qualidade físico-químico e bacteriológico, conforme prevê a lei.

Após várias visitas à Vila do Elesbão, no município de Santana, a Pastoral da Criança levantou a suspeita de que os moradores podem estar contaminados por arsênico. De acordo com a Pastoral, uma boa parcela dos moradores apresentava sintomas semelhantes provocados pelo minério, tais como, dores, vômitos e comprometimento da visão. A Pastoral chegou a comunicar aos membros da CPI da ICOMI sobre a possível contaminação do rio Amazonas.

De acordo com o relator da CPI, a Vila do Elesbão¹⁰ só passou a ter água tratada há pouco mais de doze anos, ou seja, a ICOMI iniciou o processo de exploração do manganês em 1945 e somente em 1988 é que a vila passou a ter água tratada, o que fortalece a suspeita de que a contaminação que está tomando conta da vila, pode estar sendo em decorrência da água.

Atribui-se a origem do manganês contaminado em Santana, detectado em 1980, à queda do preço do minério no mercado internacional, visto que a ICOMI, para manter seu volume de exportação, decidiu fazer um beneficiamento do manganês, por meio de uma usina de sinterização/pelotização no referido município, visando a agregar valor ao seu produto. Na realidade, esse processo de pelletização consistia no superaquecimento do manganês até derretê-lo, a temperaturas superiores a 2000 graus. Destaca-se que a Empresa foi autorizada pelo poder público municipal, sem antes ter solicitado um Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

Acredita-se que este procedimento provocou a liberação e o aumento do teor do Arsênio existente no minério de manganês originário, haja vista que o Arsênio é um elemento químico encontrado na natureza em concentrações muito baixas combinado com outros metais, como todos os seus compostos solúveis são venenosos, o lixo tóxico foi gerado em função do sistema de usinagem em Santana. Este fato ensejou uma polêmica intermunicipal, pois, alegava-se que o Município de Santana se beneficiou com os impostos e empregos gerados em decorrência da operação, enquanto o município de Serra do Navio sempre exportou minério dentro dos padrões internacionais de qualidade, ou seja, nunca exportou minério contaminado, recusando-se, portanto, a receber os rejeitos de manganês.

¹⁰ No município de Santana, fica próximo ao local onde a ICOMI depositou o minério de manganês contaminado por arsênio.

Em suma, com a criação da usina no Município de Santana, a ICOMI gerou mais empregos e, conseqüentemente, pelo menos, um grupo de trabalhadores da usina foi contaminado, pois, não havia, segundo os trabalhadores, qualquer equipamento de proteção no ambiente de trabalho. O mais grave é que os trabalhadores da usina desconheciam o elemento químico arsênio e suas conseqüências para a saúde humana.

Em novembro de 2000, o poder executivo estadual, representado pela Secretaria Estadual do Meio ambiente (SEMA) e o Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA), autorizou a ICOMI a depositar o manganês contaminado por arsênio nos quilômetros 34 e 35 da ferrovia que liga Santana a Serra do Navio, após a elaboração de um Projeto de Controle Ambiental (PCA).

Em 2001, finalmente, concluiu-se que os rejeitos do processo de exploração do manganês efetivado pela ICOMI é destinado a permanecer em Macapá, na Rodovia Federal BR – 156, nas proximidades da “Vila do Curiaú”, comunidade remanescente de quilombos, que se destaca pela preservação do seu patrimônio cultural e ambiental, José da Paixão, representante da comunidade mencionada, é radicalmente contrário a esta proposta, sobre o assunto afirmou: *“(...) somos contra o depósito que somente vai trazer prejuízos. Além do mais, a lei proíbe este tipo de ação”*. Neste íterim, são diagnosticados casos de câncer e outras doenças graves na comunidade de Elesbão, em Santana, e na própria localidade de Serra do Navio, em sua maioria de populações direta ou indiretamente ligadas às conseqüências do projeto ICOMI.

Em Macapá, houve reação da Câmara Municipal, posicionando-se contra o depósito dos rejeitos de manganês contaminado na capital do Estado do Amapá,

postura compartilhada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente sob o argumento de ilegalidade, conforme prevê a Lei Orgânica Municipal.

Serra do Navio: o modelo de um espaço simbólico

Em Serra do Navio, onde estão localizadas as minas de manganês, a ICOMI construiu uma estrada-de-ferro com extensão de 200 quilômetros ligando Serra do Navio ao Porto de Santana, também, a estrutura de extração e preparação do minério que seria exportado, além de uma área de manutenção, administração, uma vila residencial para aproximadamente 1.500 pessoas, alojamentos, escolas e áreas de lazer. No que diz respeito à construção de um espaço simbólico¹¹, Calvino (1990: 17-18) assim reporta-se:

“Finalmente, a viagem conduz à cidade de Tamara....Os olhos não vêem coisas mas figuras de coisas que significam outras coisas...Outros símbolos advertem aquilo que é proibido em algum lugar... e aquilo que é permitido...Mesmo as mercadorias que os vendedores expõem em suas bancas valem não por si próprias mas como símbolos de outras coisas....O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes.

Como é realmente a cidade sob esse carregado invólucro de símbolos, o que contém e o que esconde, ao se sair de Tamara é impossível saber. Nas formas que o acaso e o vento dão às nuvens, o homem se propõe a reconhecer figuras: veleiro, mão, elefante ...”

¹¹ Veja-se GISELE FERNANDES & IBRAHIM ROCHA. O Direito e a Realidade Amazônica: dois enfoques. Belém: UFPA, 1994. pp. 16-17.

Serra do Navio caracterizou-se, sobretudo para os trabalhadores da mina, como uma cidade invisível, no sentido da fantasia criada sobre ela por aqueles que iriam habitá-la e se depararam com a realidade contrária à sua imaginação - primeiramente iludidos pelas simbologias totais como a prosperidade, o sucesso, quem sabe até mesmo a riqueza. Todavia, com o decorrer do tempo, constataram que tudo não passou de uma visão imaginária de um mundo concreto.

Considerando-se a *iconologia imaginária*, Serra do Navio é um imaginário-real, uma cidade invisível para muitos trabalhadores que para lá se deslocaram e até mesmo para os seus próprios habitantes. O Sonho da ICOMI atraiu milhares de pessoas, consolidando a fuga para o espaço permeabilizado por símbolos inalcançáveis para a maioria, onde objetivamente ocorreu o impacto entre a realidade e a idéia de realidade, provocando a prisão do indivíduo à Tamara. Os depoimentos abaixo, de ex-trabalhadores da ICOMI, ilustram esta assertiva:

Senhor Cosme Jucá: *“A finança, o dinheiro que circulava, era a mola do Estado, do ex-território; era gerado pela ICOMI e se eu tivesse que começar novamente minha vida, e se a ICOMI viesse para cá novamente, eu voltava a trabalhar novamente na ICOMI.”*

Senhor Oscilei Alves:

“(...) o Critério adotado pela companhia é que nós estamos com a deficiência de minério, né, e acabando o minério aí diminui também a venda. Então a Companhia, ela não está conseguindo manter aquele nível de funcionário que antigamente trabalhava nos dois turnos de trabalho, então, ela decidiu fazer isso, até porque foi necessário mesmo, eu acho necessário mesmo”.

O processo de alienação não se esgota neste imaginário – real, pois há uma outra face complexa inserida neste contexto: o domínio da classe dos exploradores sobre os explorados. Desta forma, a lei parece ser a do mais forte – a do explorador (real-imaginário), submetendo o explorado aos ditames do jogo imaginário-real, retirando do explorado até mesmo sua capacidade de ser livre, feliz e amar, como se infere do caso específico do Senhor Humberto de Souza, o qual demonstra a maximização da exploração sobre o trabalhador mineiro na ICOMI, conforme se avalia através de seu depoimento:

“(...) o meu organismo parou. Eles me mandaram para Belém, para o Hospital Amazônia para fazer uma endoscopia. Depois que fizeram essa endoscopia em mim, me mandaram fazer o tratamento no hospital Guadalupe. Já começaram a me dar medicamento controlado para os nervos, porque nessas alturas o meu nervo foi embora, acabou meus nervos, acabou a energia de tudo, potência sexual, acabou tudo”.

A contradição entre sonho e realidade é evidenciada através de Tamara: o sonho advém do trabalho, da riqueza, da exploração do manganês; enquanto que a realidade é a subsistência de famílias, a negação de direitos trabalhistas, a exploração, as doenças mangânicas, enfim, um conjunto de indivíduos em condições sub-humanas de vida, no município concretamente chamado Serra do Navio.

O relato do coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Alessandro Gallazi é pertinente quanto a este assunto:

”(...) bom, havia uma dura política de divisão de classes. No sistema típico norte-americano, a própria vila era dividida em três vilas: a vila do *Staff*, com casas amplas, com uma área bastante grande e aproveitável; a Vila (DT) que era o segundo escalão; e a Vila Operária que era subdividida da seguinte forma: intermediários e operários. Quer dizer que se tinha claramente quatro níveis de casa, de serviços e de salários. Eu não saberia quantificar de fato, mas era evidente. Mas não era só isso. Nas relações sociais, o chefe não podia se misturar com o pessoal de baixo como era chamado, justamente para não criar intimidade para ser respeitado, e para que suas ordens fossem cumpridas à risca, sem que houvesse vínculos afetivos que pudessem interferir na relação de trabalho. Então, por exemplo, o pessoal de baixo, não, absolutamente, podiam entrar no clube do pessoal do *Staff*, não podia usar a piscina, não podia usar o campo de futebol, quer dizer, as divisões eram claras. A única coisa que havia em comum para todos era a igreja e o cinema, já que só havia um de cada para a vila toda. Até o clube de diversão era o clube de baixo, e não tinha como se misturar. Os de cima podiam até ir embaixo, mas eram desaconselhados. Eu sei de casos de gente simpática que tentou fazer isso normalmente, sobretudo as esposas desse pessoal, que tinham relações com as esposas dos funcionários de baixo. Esse pessoal foi sumariamente aconselhado a não misturar as classes para não prejudicar as relações de trabalho, que não podiam ser relações de amizade, mas de dependência”.

Ainda, para reforçar o discurso anterior, o esclarecimento do Sr. Humberto de Souza é significativo:

“(...) lá tinha três classificação: *Staff* era onde morava os técnicos engenheiros e os chefes de departamento; a intermediária onde morava o pessoal de administração de vilas, pessoas do laboratórios(...); e o trabalhador operário morava (...) na primária. (...) aquilo não era para existir e acredito que isso gerou um clima de uma pessoa querer ser melhor que a outra...Se ela faz uma área só, tudo bem que ela deixasse os chefes deles lá; mas intermediário e primário, eu achei aquilo uma humilhação para o próprio trabalhador”.

Conforme Calvino (1990: 12), a cidade é apresentada como um conceito complexo, intrínseco à existência humana,

“O homem que cavalga longamente por terrenos selváticos sente o desejo de uma cidade. Finalmente chega a Isidora. Isidora, portanto, é a cidade de seus sonhos: com uma diferença. A cidade sonhada a possuía jovem...Os desejos agora são recordações”.-

A narração do Sr. Humberto Souza remete à construção do espaço simbólico, como observa-se: “... *É tanto como eu digo também, eu não consigo tirar Serra do Navio do meu coração. Cheguei lá com vinte anos, lá eu me casei ...*”.

Em outro momento, o autor (ibidem, p.150) sutilmente afirma que certas cidades comportam outras dentro de seus muros, e finaliza:

“O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de desenvolvimento para a Amazônia tem sido fonte inesgotável de debate nos meios acadêmicos e governamentais, em nível nacional e internacional. No âmbito interno, surge imediatamente a questão das disparidades regionais, agravada, especialmente, após a segunda guerra mundial, em virtude da reestruturação do capitalismo.

Indubitavelmente, no caso amazônico, uma das justificativas para tantas desigualdades reside na dependência ao governo federal. No campo político-econômico, destaca-se a estreita vinculação das decisões sobre os investimentos a serem instalados, na área, segundo as determinações governamentais, sem quaisquer participações populares, ou de seus órgãos de representação, acerca dos impactos que tais investimentos podem provocar. Tais reflexões tornam-se cada vez mais significativas, pois os grandes projetos na Amazônia têm revelado a grande incompatibilidade entre o discurso desenvolvimentista e a degradação social, segundo a lógica que envolve capital e trabalho, na região.

O fim do projeto ICOMI comprovou essa situação. Segundo Becker (1991) um grande projeto corresponde a uma nova escala não só de produção, mas também de organização e controle do território, obedecendo às seguintes características: a) possui um volume de investimentos equivalentes ou superiores a 1 bilhão de dólares; b) pela escala gigante de construção, da mobilização de capital e de mão-de-obra, envolve milhares de trabalhadores da região, de outras partes do país e do mundo, como empregados das empreiteiras e uma minoria das empresas gestoras do projeto; c) o caráter de enclave, isto é, constituindo geralmente empreendimentos isolados

geográfica, social e economicamente do contexto local. A maioria dos grandes projetos não empregam mão-de-obra local; as matérias-primas produzidas ou semibeneficiadas, como o alumínio e o ferro, são voltadas ao mercado extra-regional, principalmente externo, pois são geralmente parte integrante de grandes conglomerados multinacionais; d) a presença de núcleos urbanos espontâneos ao lado do núcleo planejado para a sua implantação, o que reflete a segmentação da força de trabalho - a mais qualificada é selecionada e habita as *Company Towns*, enquanto a grande massa mobilizada para a construção da infra-estrutura dos projetos é dispensada, após o término das obras, e uma parte fica concentrada nas cidades de crescimento econômico espontâneo às vizinhanças dos projetos.

A exploração de manganês no Amapá, sob as diretrizes de mineradoras estrangeiras e com a anuência do governo brasileiro, modificou as relações de poder local - a principal característica do projeto ocorreu através de um contrato entre a ICOMI e o governo do ex-Território Federal do Amapá, na década de 40, o qual direcionou a fundamentação da economia amapaense até meados da década de 90.

Inicialmente, verificou-se que a área regional abrangida pelo projeto não apresentava estruturas tipicamente capitalistas, constatando-se, também, que as mudanças implementadas pelo projeto não criaram novas perspectivas de desenvolvimento, ao contrário, provocaram desagregação socioeconômica sem apresentar outra alternativa desenvolvimentista viável, de certa forma, indicando o prosseguimento da exploração de recursos naturais e humanos como política de ocupação e desenvolvimento amazônico, sob a égide do capital, tal como a extração de ouro e caulim no Estado do Amapá.

Em termos de política pública socioeconômica e ambiental não houve preocupação governamental durante a execução do projeto e nem para o período pós-ICOMI.

A necessidade de organização produtiva visando à implantação do projeto amenizou e/ou resolveu temporariamente os problemas gerados pela estrutura não-capitalista. No âmbito do trabalho, a coexistência de duas ordens socioeconômicas e políticas diferentes desencadearam conflitos inerentes àquela realidade, como restou comprovado mediante inúmeros depoimentos de pessoas envolvidas no projeto. Neste sentido, a modificação do modelo econômico local, os danos ambientais, com ênfase para a contaminação por arsênio, o desemprego, a decadência social foram as grandes conseqüências do término do megaempreendimento.

Embora o Projeto ICOMI tenha se baseado na teoria desenvolvimentista da Amazônia, que visava à sua defesa e ao seu desenvolvimento, de fato, estes objetivos não foram alcançados, principalmente para um significativo grupo de trabalhadores, para os quais o sentido do trabalho implementado pela grande empresa na Amazônia resultou em exploração e degradação social.

É ilusório acreditar-se que a ICOMI possa reparar todos os prejuízos gerados pela implantação do seu projeto, ainda que cumprindo o acordo. A luta que tem sido empreendida, para que a empresa cumpra até ao final o seu contrato (2003), foi comprometida pela participação de técnicos totalmente desvinculados da história do povo de Serra do Navio. Estes técnicos aprovaram o documento que a ICOMI apresentou atestando a recuperação do patrimônio, após passarem poucos dias naquele município. Na verdade, a mineração de manganês no Amapá constituiu um verdadeiro exemplo de desgaste da natureza, de desorganização ambiental e da

difficuldade de alcançar níveis de desenvolvimento satisfatórios com apoio principal na extração mineral, já que o recurso natural não-renovável, uma vez utilizado, não estará uma segunda vez à disposição.

Do exposto, evidencia-se a real necessidade da adoção de novas políticas de desenvolvimento para a Amazônia que, entre outros aspectos, tenham como princípios a justiça social, o respeito ao ecossistema e maior eficiência no campo econômico. Da ICOMI, resta um triste exemplo de ação predatória na Amazônia, tanto sobre o homem amazônico quanto em relação aos seus recursos naturais, ensejando uma reflexão sobre o futuro da região e seu desenvolvimento humano, especialmente no âmbito dos trabalhadores.

E para finalizar, Dias (1998) conta a lenda do manganês que a despeito do caráter mitológico, essencialmente, revela a luta de um segmento social por melhores condições de vida.

“Há muitos séculos, dezenas de negros, numa galé, conseguiram escapar da escravidão e chegar à Serra do Navio. Nessa época, duas aldeias se destacavam: uma no Curiaú e outra próxima do rio Itauna (hoje rio Pedra Preta, braço do rio Araguari que passa pela Serra). As duas localidades em poucos anos passaram a abrigar centenas de negros que viviam basicamente da agricultura e preservavam suas tradições. Homens brancos, certa noite, invadiram a aldeia da Serra e em pouco tempo passaram a escravizar os negros, obrigando-os a trabalhos mais pesados. Entre os africanos, porém, existia alguém que não aceitava passivamente a soberania dos brancos sobre os de sua raça. Era Itauna, negro de feições leoninas, cuja fama atravessava as florestas como sendo aquele que um dia libertaria os cativos da maldade branca.

Os escravos, mandados pelos feitores, passaram a trabalhar principalmente na garimpagem. Quanto mais os patrões enriqueciam, mais pesados se tornavam os trabalhos escravos. Itauna era o único

negro que não acompanhava seus irmãos. Ciente de sua força e liderança sobre os negros, os feitores acorrentaram-no numa grande rocha, para que fosse comido pelos animais da floresta, mas estes estranhamente não se aproximavam do cativo. Mesmo sem se alimentar, Itauna misteriosamente mantinha-se vivo, movido pelo mais puro ódio, pela mais alta sede de vingança que se pode imaginar. Seus irmãos definhavam rapidamente, vítimas do trabalho escravo e aos poucos eram reduzidos a nada.

Uma noite Itauna rogou à deusa Taimã, pedindo-lhe forças e coragem para libertar seu povo. Com uma fúria descomunal, o negro quebrou os grilhões que o prendiam e atacou os inimigos. Naquele dia, seus irmãos de raça levantaram-se em uma rebelião insana, sabendo, contudo, que não havia chances de vitória. Em quantidade muito inferior, sem armas e fracos pelos trabalhos forçados, foram dizimados, mas deixaram um grande rastro de sangue na terra de seus senhores. Itauna caiu ferido e foi aprisionado, sendo sentenciado a sangrar até morrer. Seu corpo, assim como o de seus irmãos, foi entregue às aves de rapina.

Sem negros para trabalhar e banhados em imensa fortuna, os homens brancos deixaram a beira do rio que ficou conhecido como Itauna, em homenagem ao negro africano. A lenda de Itauna foi esquecida com o tempo e o rio mudou de nome, passando a se chamar Amapari. Nos anos 40, no local da luta, grande quantidade de pedra preta, assemelhando-se a sangue coagulado, foi encontrada naquele rio, cujo braço passou a se chamar Pedra Preta.

Dizem que a deusa Taimã, vendo o massacre, não deixou o sangue negro se perder na terra, coagulando-o e transformando-o na pedra que é hoje o manganês”.

Do exposto, observa-se que a história do minério de manganês está intimamente associada à questão da exploração, seja no plano imaginário, seja no plano real, seja no passado, seja no presente.

BIBLIOGRAFIA

Arquivos e Bibliotecas

Biblioteca Pública do Estado do Amapá

Biblioteca Pública do Estado do Pará

Biblioteca da Universidade Federal do Amapá

Biblioteca da Universidade Federal do Pará

Fontes Orais

Entrevistados e datas das entrevistas:

Alessandro Gallazi - 06.11.2001.

Cosme Jucá - 12.05. 2001.

Expedito Amaral - 20.06. 2001.

Francisco Rocha de Almeida - 14.11. 2001.

José de Melo Baía - 20.11. 2001.

José da Paixão - 23.11. 2001.

Manoel Melo - 20.11.2001.

Oscilei Alves - 24.05. 2001.

Raimundo Humberto de Souza - 24.09. 2001.

Zenilde Leite – 08.11.2001.

Fontes Documentais

Primárias

Manuscritas:

Escritura Pública registrada às fls.72 do livro nº 1.066 do 5º ofício. Rio de Janeiro (manuscrito).

Impressas:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

_____. Decreto nº. 24.156, de 4 de dezembro de 1947. Autoriza o Governo do Território Federal do Amapá a contratar a exploração de jazidas de minério de manganês existentes no mesmo Território e dá outras providências.

_____. Decreto nº. 28.162, de 31 de maio de 1950. Autoriza o Governo do Território Federal do Amapá a convencionar a revisão do contrato para estudos e aproveitamento de jazidas de minério de manganês existentes no mesmo Território celebrado na conformidade do previsto no decreto número 24.156 de 4 de dezembro de 1947.

_____. Decreto-lei nº 9.858, de 10 de setembro de 1946. Dispõe sobre as jazidas de minério de manganês existentes no Território Federal do Amapá.

_____. Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966. Dispõe sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia (BCA) em Banco da Amazônia S.A.(BASA).

_____. Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

_____. Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da região amazônica.

ELEMENTOS DE APOIO A GESTÃO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SERRA DO NAVIO. Superintendência Regional de Belém. Belém, junho de 1997.

PARECER TÉCNICO. Do laboratório de química analítica e ambiental da UFPA. Belém, agosto, 2000.

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. Assembléia legislativa do Estado do Amapá. Macapá, 09 de novembro de 1999.

Secundárias

Jornais e Revistas:

FOLHA DO NORTE. "Vae ser criado o Território do Amapá de acordo com o Estado Maior do Exército". Belém, 06 de abril de 1939.

INFORMATIVO. "S. O. Serra do Navio". Serra do Navio, 14 de julho de 2000. p.3.

JORNAL DO DIA. "ICOMI é multada por danos ambientais". Macapá, 13 de julho de 2000. Caderno 2, p.3.

_____. "Despejo de minério em discussão na Assembléia Legislativa". Macapá. Caderno 1, p.3.

O LIBERAL – Amapá. "Manganês contaminado fica no Amapá". Macapá, 27 de novembro de 2000. Caderno 3, p.3.

PINTO, Lúcio Flávio. "Verticalização: Atualização do Atraso". *Jornal Pessoal*. Belém, 1ª quinzena de dezembro de 2001. p.3.

Princípios - Revista Teórica, Política e de Informação. "Amazônia uma região estratégica que a política oficial teima em desconhecer". São Paulo, n. 60, fevereiro, março, abril, 2001. p. 49-59.

Fontes da Internet :

AMAPÁ. Governo do Estado do Amapá. ICOMI Não comparece para assinar acordo com Governo do Amapá. <http://www.Prodap.org.br/ppol-icomi.htm>.

Livros

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *O intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia*. Rio de Janeiro: mimeo, 1989.

ALTVATER, Elmar. *Alternativas para uma política de integração econômica entre os países membros do Tratado de Cooperação Amazônica – TCA*. Belém: SUDAM, 1994.

_____. *Conseqüências regionais e crise do endividamento global*. In: NAEA. *na trilha dos grandes projetos. modernização e conflito na Amazônia*. Belém: NAEA (10), jan/dez, 1989.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3. ed., São Paulo: Boitempo, 2000.

BECKER, Berta. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *Significado geopolítico da Amazônia: elementos de uma estratégia*. In: PAVAN. Cridoaldo (org.). *uma estratégia latino-americana para a Amazônia*. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. São Paulo: Memorial, 1996.

BOHOMELETZ, Paulo M. *Pelotização de minérios de ferro*. IBS boletim (7); 43, 1964.

BRITO, Daniel Chaves. *Extração mineral na Amazônia: a experiência de exploração de manganês na Serra do Navio no Amapá*. Belém: UFPA/NAEA, 1994. (dissertação de mestrado).

CALVINO, Ítalo. *As Cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Edna Maria de & ACEVEDO MARIN, Rosa E. (1986/1987) *Estado e poder local: dinâmica das transformações na Amazônia*. In: Pará Desenvolvimento: A Face Social dos Grandes Projetos. (20 e 21): Jul/Dez- Jan/Jun. Belém: IDESP.

_____. (1991) *Industrialização e relações de trabalho no Carajás*. Belém: UFPA/NAEA – mimeo.

CARDOSO, Fernando Henrique & Müller, Geraldo. *Amazônia expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CARVALHO, Maryan Jansen Cutrim. *Os padrões da ação planejadora do Estado na Amazônia: 1975-1985*. Belém: NAEA/UFPA, 1987. (dissertação de mestrado).

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS. *Migrantes: êxodo forçado*. São Paulo: Paulinas, 1980.

COSTA, Francisco de Assis. *Estado e grande capital na "fronteira agrícola" amazônica*. In: Encontro "PIPSA Dez anos (Programa de Intercâmbio de Pesquisa Social na Amazônia)". Rio de Janeiro: PIPSA, 1990.

_____. *Ecologismo e questão agrária na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 1992.

_____. *Grande capital e agricultura na Amazônia: a experiência da Ford no Tapajós*. Belém: UFPA, 1993.

COSTA, Heitor Façanha da. *As jazidas de manganês do Brasil, sua gênese, reservas e exportação*. Rio de Janeiro: min.met.34(203):229-234, 1961.

COSTA, José Marcelino Monteiro. *Incentivos fiscais e desenvolvimento regional: a experiência internacional*. Belém: datilografado, 1994.

_____. *Crise, grandes projetos e perspectiva da Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 1987. (caderno nº 09).

CUNHA, Alvaro da. *Quem explorou quem no contrato do manganês do Amapá?* Macapá: editora Rumo, 1962.

DIAS, Joseli. *Mitos e lendas do Amapá*. Macapá: s. ed., 1998.

FERNANDES, Gisele Santos & ROCHA, Ibrahim das Mercês. *O Direito e a Realidade Amazônica: dois enfoques*. Belém: UFPA, 1994.

FERRETTI, Celso João. *Trabalho e novas tecnologias*. São Paulo: Cortez editora, 1997.

GARIBALDI, Emílio. *ICOMI*. Belém: DNPM 5º distrito, 1973, mimeo.

HEBETTE, Jean et alii. *A Amazônia no processo de integração nacional*. Belém: UFPA/NAEA, 1974. (Coleção NAEA/FIPAM).

IANNI, Otávio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978. (Coleção Sociologia Brasileira).

_____. *Ditadura e agricultura. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- LEAL, Aluizio. Lins. *AMAZÔNIA: aspecto político da questão mineral*. Belém: NAEA/UFPA, 1988. (dissertação de mestrado).
- LEINZ, Victor. *Estudo genético do minério de manganês da Serra do Navio, Território Federal do Amapá*. Rio de Janeiro: academia brasileira de Ciência. 20 (2):211-221. 1948.
- LIPIETZ, Alain. *Miragens e milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo*. São Paulo: Nobel, 1983.
- MORÁN, Emílio F. *A ecologia humana das populações na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MIRANDA NETO, Manoel José de. *O dilema da Amazônia*. 2. ed., Belém: Cejup, 1986.
- MICELI, Paulo. *História, Histórias. O jogo dos jogos*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.
- OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. *Amazônia, desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. São Paulo: Papyrus, 1987.
- PORTO, Jadson Luís Rebelo. *As estratégias recentes de desenvolvimento no Amapá: das instalações da ICOMI à implantação da Área de Livre Comércio*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998. (dissertação de mestrado).

PINTO, Lúcio Flávio. *Toda verdade sobre o Jari*. São Paulo: Record, 1987.

RAIOL, Osvaldino. *A Utopia da terra na fronteira da Amazônia*. Macapá: Editora Gráfica O Dia Ltda, 1992.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. *A história do Amapá*. Macapá: Valcan, 1998.

_____. *História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do jananismo: 1943- 1970*. Macapá: Ed. Gráfica O Dia Ltda, 1998.

SILVA, Roberto Gama da. *A quinta – coluna no setor mineral: o entreguismo dos minérios*. Porto Alegre: Tchê, 1988.

URECH, Edouard. *Esboço do plano de industrialização do Território Federal do Amapá*. T. F. Amapá: s.ed., 1995.

VALARELLI, J. V. *Minério de manganês da Serra do Navio*, T. F. A. São Paulo: F.F.C. e L. (USP), 1967. (tese de doutoramento).

Artigos

GARRIDO, Joan del Alcázar. "As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate". In *Revista de Brasileira de História*. São Paulo: vol. 13, nº 25/26, set. 92/ago. 93. p. 36-37.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco & ROSA, Zita de Paula. "História oral: Uma utopia?". In *Revista Brasileira de História*. São Paulo: vol.13, nº 25/26, set. 92/ago. 93. p. 8-9.

MONTENEGRO, Antônio Torres. "História oral, caminhos e descaminhos". In *Revista Brasileira de História*. São Paulo: vol.13, nº 25/26, set. 92/ago. 93. p.56-57.